

ADAIR DE OLIVEIRA

UM MAPA DO MERCADO DE TRABALHO ATUAL DO BRASIL

Monografia elaborada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Igor Zanoni

CURITIBA

2005

TERMO DE APROVAÇÃO


UM MAPA DO MERCADO DE TRABALHO ATUAL DO BRASIL

por:

Adair de Oliveira

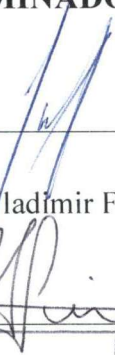
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, submetida à Comissão Examinadora formada pelos professores:

ORIENTADOR:

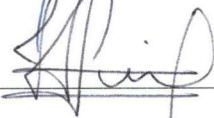


Professor Igor Zanoni Carneiro Leão

BANCA EXAMINADORA:



Professor José Wladimir Freitas da Fonseca



Professora Françaíse Iatski de Lima

DATA ____/____/2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu forças e saúde para suportar o desafio de trabalhar e estudar ao mesmo tempo. À Universidade Federal do Paraná que me possibilitou ampliar meus conhecimentos e ter mais condições de lutar por um trabalho digno. Agradeço aos meus professores Miguel Conte, Igor Zanoni, Vladimir Divonzir e Adriana Sbicca, que nunca se negaram a me auxiliar nos vários momentos de dificuldade pelos quais passei ao longo do curso.

Agradeço a oportunidade de ter convivido com pessoas que nunca me esquecerei durante toda minha vida, em especial, Carlos Mussanbani, Flavia Barato, Alessandro Belardo, Juliano Tardivo, Valdinei e vários outros que o ambiente acadêmico me possibilitou conhecer, junto aos quais pude aprender e crescer durante o período em que fomos colegas de curso.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	iv
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	viii
RESUMO	1
1 INTRODUÇÃO	2
2 REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 A DÉCADA DE 90 E O EMPREGO INDUSTRIAL	46
2.2 CUSTO DO TRABALHO NO BRASIL	12
3 O MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO	22
3.1 SITUAÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA	22
3.2 QUESTÃO AGRÁRIA	25
3.3 AGRICULTURA FAMILIAR	27
4 O MERCADO DE TRABALHO POR FAIXAS DE IDADE SEXO E RAÇA	29
4.1 O MERCADO DE TRABALHO PARA A MULHER	29
4.2 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PARA NEGROS	36
4.3 TRABALHO INFANTIL	40
4.4 O MERCADO DE TRABALHO E O JOVEM	49
5 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS	54

LISTA DE SIGLAS

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
MST	Movimento dos Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária.
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
UDR	União Democrática Ruralista
URV	Unidade Real de Valor
VBP	Valor Bruto da Produção

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999 (EM %)	7
TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (1989 E 1999)	8
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999 (EM %).....	9
TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NO SETOR INDUSTRIAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999 (EM %)	10
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL 1992 E 1999 (EM ANOS E EM %).....	11
TABELA 6 – ESTRUTURA DO CUSTO DO TRABALHO POR CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO E POR TEMPO DETERMINADO NO SETOR ORGANIZADO PARA O PESSOAL DE PRODUÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL	14
TABELA 7 – VALOR REAL DO SALÁRIO MÍNIMO (MÉDIAS ANUAIS 1989 – 1999).....	17
TABELA 8 – COMPROMETIMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO COM A COMPRA DA CESTA ALIMENTAR BÁSICA – CAPITAIS 1989 - 1999 (EM %).....	18
TABELA 9 – PROPORÇÃO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGRICULTURA E DE OCUPADOS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1999	21
TABELA 10 – PESSOAS OCUPADAS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA POR RENDIMENTO - 1998.....	292
TABELA 11 – QUANTIDADE ANUAL DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM MANUTENÇÃO NO BRASIL DE 1990 A 1999	30
TABELA 12 – OCUPADOS RURAIS NÃO AGRÍCOLAS NO BRASIL EM 1995	26

TABELA 13 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA POR CATEGORIA E ESTABELECIMENTO NO BRASIL DE 1995 A 1996.....	27
TABELA 14 – PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAÇÃO	27
TABELA 15 – MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR REGIÕES METROPOLITANAS, NO PERÍODO DE MAR.2002-JUL.2005.....	28
TABELA 16 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TOTAL DE MULHERES POR REGIÃO	29
TABELA 17 – TABELA DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER POR REGIÃO	35
TABELA 18 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA.....	39
TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS POR REGIÃO METROPOLITANA – 1999	40
TABELA – 20 MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, DESOCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR REGIÕES METROPOLITANAS, NO PERÍODO DE MAR.2002-JUL.2005.....	32
TABELA 21 – INGRESSO EM CURSOS SUPERIORES (%).....	33
TABELA 22 – FORMANDOS EM CURSOS SUPERIORES (%)	34
TABELA 23 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO COR OU RAÇA E CONDIÇÃO NA ATIVIDADE - MARÇO DE 2004.....	38
TABELA 24 – COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DA ESTIMATIVA DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO COR OU RAÇA E CONDIÇÃO NA ATIVIDADE - MARÇO DE 2004... ..	39
TABELA 25 – ONDE TRABALHAM AS CRIANÇAS (%)	42
TABELA 26 – JORNADA DE TRABALHO (%)	43
TABELA 27 – REMUNERAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (%).....	43
TABELA 28 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003.....	46

TABELA 29 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 5 A 6 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003.....	46
TABELA 30 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003.....	46
TABELA 31 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE. POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003.....	47
TABELA 32 - PERCENTUAL DE PESSOAS COM 11 ANOS OU MAIS DE ESTUDOS NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE. TOTAL E OCUPADOS NA SEMANA DE REFERENCIA POR SEXO – 1993/2003.....	48
TABELA 33 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DE PESSOAS COM 18 A 24 DE ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES.....	50
TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DE PESSOAS COM 18 A 24 DE ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES.....	50
TABELA 35 - TAXA DE DESEMPREGO DOS JOVENS DE 16 A 24 DE ANOS, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA EM REGIÕES METROPOLITANAS – 1999.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – BRASIL: EVOLUÇÃO DO GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA PESSOAL (MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E 40% MAIS POBRES DE 1960 – 1998).....	5
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999	7
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL 1992 E 1999 (EM ANOS E EM %).....	12
GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – BRASIL 1999	20
GRÁFICO 5 – INGRESSO EM CURSOS SUPERIORES.....	35
GRÁFICO 6 – FORMANDOS EM CURSOS SUPERIORES	36

RESUMO

Nesta monografia é traçado um mapa geral da situação atual no mercado de trabalho no Brasil, onde procura-se mostrar as dificuldades de cada segmento, identificando raça, sexo e idade e procurando mostrar quais as causas das diferenças salariais. Será feita uma explanação das condições de inserção no mercado de trabalho de mulheres, negros e jovens, mostrando suas dificuldades de obter um posto de trabalho e a situação de inferioridade em que são colocados quando conseguem obter algum posto de trabalho. Procura-se mostrar também a exploração da mão-de-obra infantil existente na maioria das regiões do país. É feita uma explanação das causas desta exploração sendo que as principais causas encontradas são a pouca educação dos pais que em consequência darão pouca educação aos filhos e assim será mantida esta corrente negativa, a pobreza que toma conta da grande maioria das regiões do país e a falta de políticas de combate a pobreza e melhoria na educação.

1 INTRODUÇÃO

O tema proposto na presente monografia procura traçar o perfil do mercado de trabalho em nosso País, explicando seu funcionamento e buscando mostrar quais as causas de sua diferença entre as regiões e entre as classes.

Para compreender o mercado, é preciso analisar os diversos segmentos que o compõe: as mulheres, a população negra, os jovens e o trabalho informal das crianças. Por meio da consideração dos problemas, que atingem cada um destes grupos, torna-se possível analisar todos os ângulos existente no mercado de trabalho.

A pesquisa, porém, não visa somente destacar as regiões urbanas, visto que grande número de pessoas se concentram nas áreas rurais e vários outros lutam pela posse de terra.

O Brasil caracteriza-se, nas últimas décadas, pelo grande crescimento no desemprego, junto com o agravamento das condições de trabalho, com o crescimento dos contratos ilegais, casos de aumento de jornada de trabalho e mudanças nas leis trabalhistas.

A população brasileira passou a se concentrar nas grandes cidades, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), feita em 1990 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), excluindo a região Norte. Uma proporção de 73% da população vivia nas grandes cidades e, na PNAD realizada em 1999, este número cresceu para 80%.

A maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) estava nas regiões Sul e Sudeste, sendo que a região Sudeste tem a menor taxa de ocupação na área rural, porém com o maior índice de assalariados, perfil este acompanhado de perto apenas pela região Sul quanto à ocupação industrial e ao nível de salários nos seus postos de trabalho, diferenciando-se apenas na agricultura.

A estrutura salarial é a maneira como os salários se diferenciam em uma certa economia de acordo com as características dos trabalhadores e os postos de trabalho que estes ocupam. Através desta estrutura, pode-se explicar a diferença existente entre os salários das várias regiões do País e, o mais grave, a diferença entre trabalhadores com atribuições e produtividade idênticas.

Para tal explicação, serão analisados vários itens como: atividade e tamanho

da empresa, experiência do trabalhador, nível educacional, cor, sexo, posto de trabalho, demanda e oferta de trabalho, nível de rentabilidade da empresa, produtividade do trabalho e outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A questão do desemprego ocupa um dos papéis centrais nas discussões de políticas econômicas, o que torna a compreensão dos fatos envolvidos de grande importância e motiva a realização de vários estudos sobre o assunto.

Tomou-se como base a década de 90, por se tratar de um divisor de águas, pela drástica redução no mercado de trabalho ocorrida nesta década, com aumento de todas as formas de desemprego, aumento das formas de trabalho sem vínculo empregatício, queda dos rendimentos reais e aumento na concentração de renda. O Brasil segue como campeão mundial em desigualdades, ao mesmo tempo em que a renda do trabalho ficou ainda menor quando comparada com o tamanho dos lucros capitalistas. Houve, nesta década, um cenário que não foi alcançado nem mesmo durante os períodos de hiperinflação dos anos 80.

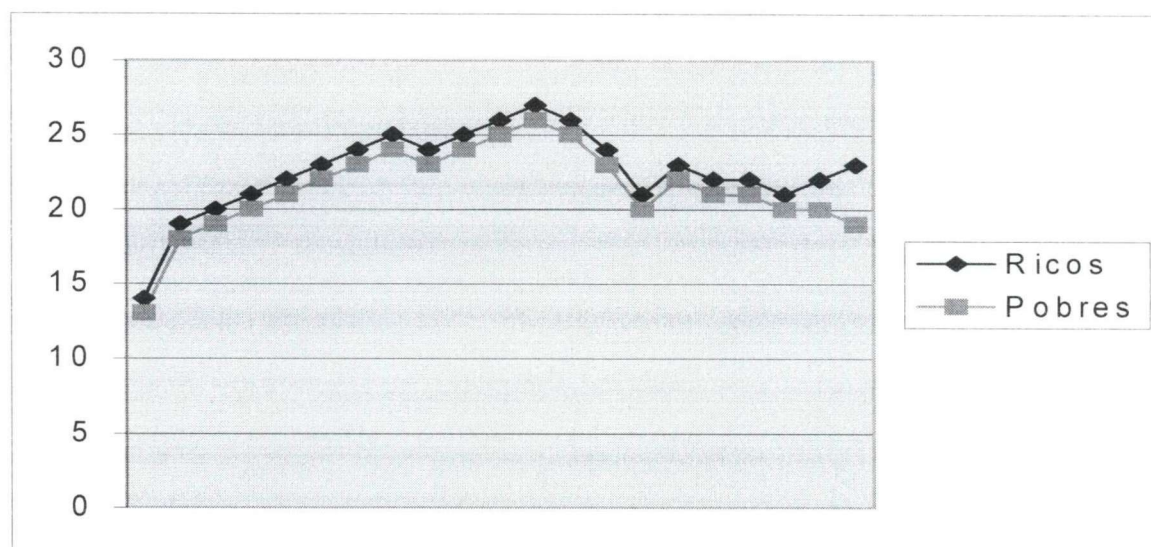
Apesar de ter atingido a estabilidade monetária através do Plano Real, em 1994, houve uma alteração muito pequena na distribuição de renda, sendo que entre 1994 a 1998 a renda dos 40% mais pobres cresceu 17,4%, enquanto o rendimento dos 10% mais ricos cresceu 15,4%, o que fez com que o grau de desigualdade, em 1998, fosse superior ao de 1992, que era 10,2%. (POCHMANN, 2001, p. 101).

O que mais cresceu nos anos 1990 foi o desemprego, juntamente com as ocupações sem rendimento que cresceram, em média, 2,9% ao ano contra 13,6% do desemprego.

O Plano Real trouxe o fim da inflação, mas trouxe também o desemprego aberto, os grandes bolsões de trabalho informal e baixos níveis de salário real, o grande número de privatizações praticado pelo governo e as demissões nestas empresas devido aos seus ajustes na mão-de-obra.

O rendimento médio de um trabalhador que, no ano de 1989, era de 560.00. no ano de 1999, passou para R\$525,00 (em termos comparativos), sendo que houve uma queda na renda do trabalhador de 6,2%, enquanto no mesmo período houve uma expansão no PIB nacional de 19,4%.(POCHMANN, 2001, p. 100).

GRÁFICO 1 – BRASIL: EVOLUÇÃO DO GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA PESSOAL (MÉDIA DOS 10% MAIS RICOS E 40% MAIS POBRES DE 1960 – 1998)



FONTE: IBGE (censos e PNAD) *apud* POCHMANN (2001, p. 99).

Analisando os anos mais recentes, percebe-se que sempre houve uma variação mais ou menos próximas entre as rendas com a variação da renda dos mais ricos sendo sempre superior a variação dos mais pobres, porém, a partir de 1996, nota-se um maior distanciamento como mostrou o Gráfico 1, o que representa um aumento na distorção da distribuição de renda.

Após a implantação do Plano Real, principalmente em 1995, houve um aumento na queda do grau de desigualdade dos rendimentos, que se mostrou suficiente apenas para que se retornasse à situação que antecedeu ao Plano Real, ou seja, antes da aceleração das diferenças de rendimentos promovida durante a fase de indexação dos preços e salários pela URV e da mudança do padrão monetário. A partir de 1996, pode-se perceber um esgotamento dos efeitos positivos do plano sobre a redução da desigualdade dos rendimentos e, por outro lado, confirmando uma elevação desta dispersão e contribuindo para piorar ainda mais o perfil da distribuição da renda.

A globalização da economia promoveu uma interação com um mundo que

apresenta um fluxo de capitais muito intenso e volátil, crises financeiras freqüentes e restrições aos movimentos internacionais de mão-de-obra, itens que somados a situação econômica do País faz com que aumente a vulnerabilidade do mercado de trabalho. A inovação tecnológica trazida pela globalização necessitava de mão-de-obra especializada em diversos setores, o que o País ainda apresenta deficiências até o dia de hoje.

2.1 A DÉCADA DE 90 E O EMPREGO INDUSTRIAL

Entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados aumentou de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com a taxa de desemprego da população ativa passando de 3,0% para 9,6%, houve ainda queda no emprego assalariado, sendo que este percentual baixou de 64% em 1989 para 58,7% em 1999, no mercado formal de trabalho 3,2 milhões de trabalhadores assalariados perderam o emprego, sendo que destes 2 milhões pertenciam ao setor industrial .

A geração de empregos é precária, sendo que a grande maioria dos postos de trabalho que têm sido criados são de trabalhadores autônomos, trabalhadores sem remuneração e sem registro formal.

Entre 1990 e 1998, ocorreram cerca de 1,2 milhão de demissões devido à perda de competitividade frente aos produtos importados, sendo que a recuperação do nível de atividade econômica ocorrida entre 1990 a 1997 se deu sem a ampliação do emprego industrial, logo, na atual situação, o País produzir mais pode significar elevação das importações maior que a elevação do emprego interno.

As empresas de capital estrangeiro juntamente com muitas nacionais adotaram vários programas de redução da mão-de-obra em sua produção se utilizando de subterfúgios como terceirização e subcontratação. (POCHMANN, 2001, p. 97).

Pode-se notar na Tabela 1, a seguir, a queda de emprego formal ocorrida na indústria e, ao mesmo tempo, a elevação ocorrida no setor serviços, sendo que em 1989 o setor industrial era responsável por 56% do total da ocupação do País e, em 1999, estava com apenas 33,6% desta ocupação, enquanto o setor serviços aumentou sua participação de 44% para 66% no mesmo período, conforme indicado

no Gráfico 2 abaixo.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999 (EM %)

	1989	1999
INDÚSTRIA INFORMÁTICA	9,4	6,2
INDÚSTRIA COMUNICAÇÃO	47	27,4
SERVIÇOS INFORMÁTICA	10,2	18
SERVIÇOS COMUNICAÇÃO	33,4	48,4

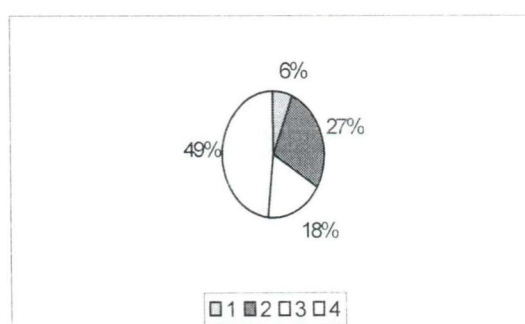
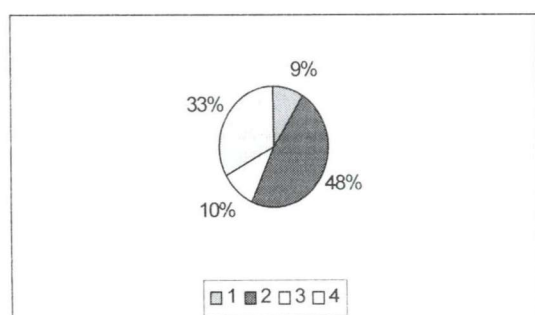
FONTE: MET-Rais/Caged *apud* POCHMANN (2001, p. 69).

O emprego formal na indústria registrou uma queda de 22% do total do emprego entre 1989 e 1999 e isto significa uma perda líquida de 174 mil postos de emprego. Nos segmentos industriais, foram perdidos 239 mil postos de trabalho, como pode ser verificado na Tabela 2, a seguir, sendo que destes 85% foram perdidos na indústria de comunicação e 15% nas indústrias de informática e equipamentos. Neste mesmo período, nos serviços de comunicação e informática houve a abertura de 65 mil postos, sendo 53% nos serviços de comunicação e 47% nos serviços de informática.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999

1989

1999



FONTE: MET-Rais/Caged *apud* POCHMANN (2001, p. 69).

Especificamente nos setores industriais, as mudanças mais expressivas ocorreram nos segmentos de administração e produção, nos quais se registraram as maiores perdas relativas ao emprego total, enquanto o setor de montagem foi quem teve um aumento mais expressivo, o que indica que houve uma queda na tendência de produzir das empresas que passaram a executar a montagem de componentes vindos do exterior, conforme mostra a Tabela 2.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (1989 E 1999)

SUBSETOR	1989	1999	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO %
Ind. de Infor. e equipamentos	74.155	38.450	-35.705	-48.1
Ind. de Comum. e equipamentos	372.933	169.504	-203.431	-54.5
Serviços de informática	81.093	111.763	30.670	37.8
Serviços de Comunicação	265.419	299.839	34.420	13.0
Total	793.602	619.556	-174.046	-21.9

FONTE: MTE-Rais/Caged *apud* POCHMANN (2001, p. 69).

Boa parte da indústria do Brasil visa atender ao consumo interno pela simples montagem do produto manufaturado, sendo que esta caracteriza-se por baixa capacidade de gerar valor agregado e empregos. Este setor assume um papel decisivo no balanço comercial do País devido ao crescimento dos produtos importados, sem comprometimento com as exportações.

A conclusão a que se chega é a de que o segmento industrial associado à nova economia transformou-se numa das principais fontes de desestabilização da balança comercial dos anos 90, devido à dependência tecnológica crescente. O déficit agregado do setor industrial cresceu de 300 milhões de dólares em 1989 para 5 bilhões de dólares em 1999. Neste mesmo período, o País perdeu participação nas exportações mundiais do setor industrial, sendo que o País representava, em 1989, 0,8% e passou para 0,5%, em 1999.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999 (EM %)

SUBSETOR	INDÚSTRIA DE INFORMÁTICA E EQUIPAMENTOS		INDÚSTRIA DE COMUNICAÇÃO E EQUIPAMENTOS	
	1989	1999	1989	1999
Direção	7,9	7,8	4,4	4,1
Administração	18,7	20,1	19,8	18,4
Produção	40,5	35,7	49,3	42,4
Montagem	22,2	26,6	26,5	35,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: MET-Rais/Caged *apud* POCHMANN (2001, p. 70).

Houve, neste período, uma expansão na entrada de recursos externos no País com a implementação de novas indústrias de comunicação e equipamentos e de informática e equipamentos. Porém, esta expansão não foi suficiente para impulsionar o investimento, sendo que em 1989 os valores que as indústrias de informática e equipamentos investiram no Brasil representava 6,4% das vendas do setor, enquanto as indústrias de comunicações e equipamentos investiam 13,4% em pesquisas e desenvolvimento, em 1999, as indústrias de informática e equipamento investiam 6,0% e as indústrias de comunicação 6,1% do total das vendas do setor. (POCHMANN, 2001). Em suma, em relação à evolução dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, o segmento industrial não acompanhou o comportamento das importações, movendo-se de forma negativa e com isto refletindo-se negativamente na geração de empregos.

A expansão do produto nacional nos anos 1990 teve uma taxa média de 1,9%, segundo POCHMANN (2001, p. 72), sendo a mais baixa do século XX, isto explica o crescimento do desemprego. Os postos de trabalho abertos neste período caracterizam-se pela precariedade nas condições e relações do trabalho. Nesta década, o Brasil gerou aproximadamente 10 milhões de postos de trabalho enquanto um total de 16 milhões de pessoas ingressaram no mercado de trabalho, sendo que, do total de postos criados, 78 encontram-se em apenas 10 ocupações, conforme

mostra a Tabela 4, a seguir.

Neste período, a principal ocupação criada foi no emprego doméstico, que foi o responsável por 23% de todas as vagas abertas, seguido pela ocupação de vendedor com 15%, construção civil com 10%, serviços de asseio e conservação com 8% e dos serviços de segurança com 6%. Os segmentos que se destacam são segmentos onde não há necessidade de qualificação de mão-de-obra e devido a este fator são setores com salários baixos e muitas vezes sem contrato formal de trabalho. (POCHMANN, 2001, p. 73).

Em setores com salários um pouco mais elevados, como funcionários públicos e profissionais de saúde e educação, a geração de vagas não foi tão expressiva.

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NO SETOR INDUSTRIAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE 1989 E 1999 (EM %)

DEZ PRINCIPAIS OCUPAÇÕES NO BRASIL	DE CADA 100 VAGAS GERADAS	RENDIMENTO MÉDIO (EM REAIS EM 1999)
EMPREGO DOMÉSTICO	23	168
VENDEDOR	15	253
CONSTRUÇÃO CIVIL	10	219
ASSEIO E CONSERVAÇÃO	8	189
SEGURANÇA	6	437
SERVIÇO ADMINISTRATIVO	5	244
FUNCIONÁRIO PÚBLICO	4	417
PROFESSOR	3	453
COZINHEIRO, GARÇOM	2	211
PROFISSIONAL DE SAÚDE	2	680
SUBTOTAL	78	-

FONTE: IBGE (PNAD - ajustado) *apud* POCHMANN (2001, p.73).

Havia, ao longo da década de 1990, uma expectativa de que a abertura comercial e financeira favoreceria o ingresso de capital estrangeiro suficiente para acelerar a difusão de novas tecnologias no País. Pode-se perceber, hoje, que as estratégias nacionais foram frustradas quanto ao acesso de novas tecnologias e isto

gerou uma estagnação nas iniciativas estratégicas nacionais e desestimulou o investimento em alternativas tecnológicas voltadas à realidade do País.

Outro fenômeno surgido nos anos 1990 foi a concentração de algumas atividades como empresas de comunicação, informática, automobilística, do setor financeiro, entre outras, nas regiões mais desenvolvidas do País implicando uma nova concentração regional, enquanto as empresas de mão-de-obra intensivas como indústrias têxteis, calçados e alimentícias se desconcentrou buscando reduzir custos e com isto foi para regiões onde a mão-de-obra represente o menos possível em sua estrutura de custo.

Em 1989, o País contava com 69 pólos industriais, as regiões Sul e Sudeste eram responsáveis por 82,6% do total; em 1998, a quantidade de pólos industriais havia se reduzido para 48, sendo que as regiões Sul e Sudeste eram responsáveis por 83,3%. Estes postos, porém, distribuíram-se nestas regiões e sua concentração hoje é menor em termos de regiões metropolitanas e interior; em geral, nos municípios menores, o tamanho médio das empresas industriais é de 467 empregados, enquanto nos pólos industriais o tamanho médio das empresas industriais é de 2,3 mil empregados.

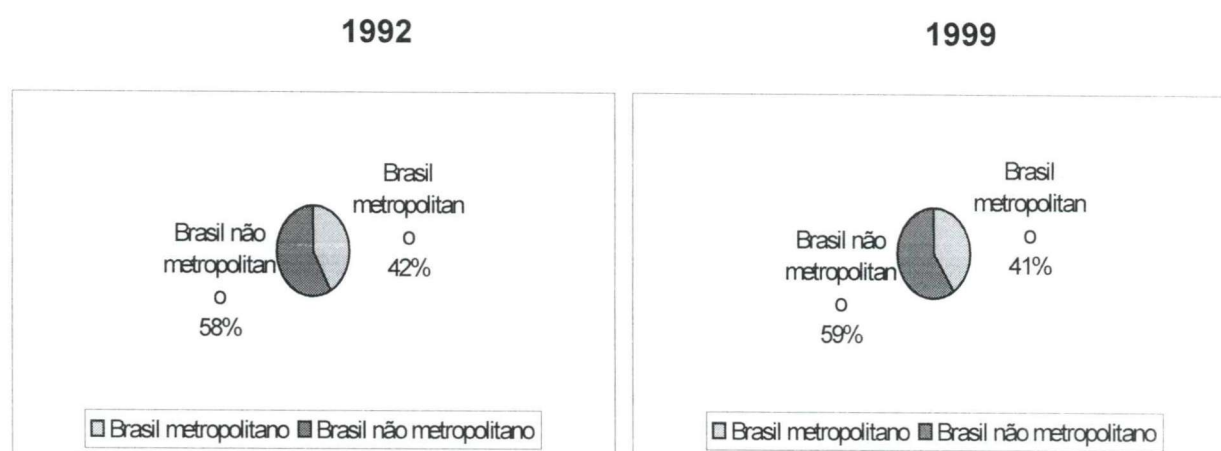
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO SETOR INDUSTRIAL 1992 E 1999 (EM ANOS E EM %)

	1992	1999
BRASIL METROPOLITANO	42	40,8
BRASIL NÃO METROPOLITANO	58	59,2

FONTE: IBGE – PNAD *apud* POCHMANN (2001, p. 91).

Quando se relaciona a participação do emprego e da renda no conjunto das regiões metropolitanas com o resto do País, percebe-se a ampliação relativas das regiões não metropolitanas, tanto em emprego formal quanto na renda do trabalho do setor industrial, as regiões metropolitanas perderam participação relativa, o que indica uma expansão do interior do País entre os anos 1992 a 1999.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO SETOR INDUSTRIAL 1992 E 1999
(EM ANOS E EM %)



FONTE: IBGE – PNAD *apud* POCHMANN (2001, p. 91).

2.2 CUSTO DO TRABALHO NO BRASIL

A remuneração do trabalho no Brasil se caracteriza por baixos salários e grande dispersão entre os rendimentos, sendo que várias são as causas apontadas para a explicação deste fato, como a formação do mercado de trabalho urbano, dificuldades impostas a organização sindical, o processo inflacionário e a regulação dos salários exercida pelo estado .

A maneira e a rapidez com que o Brasil se transformou, passando de uma economia agrária para uma economia industrializada , colaborou para a configuração de um mercado de trabalho caracterizado por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. Isto favoreceu o achatamento dos salários de base e viabilizou uma enorme dispersão salarial entre os menos e os mais qualificados.

O estado teve bastante influência sobre o resultado dos rendimentos do trabalho, através da determinação dos reajustes gerais de salário por cerca de trinta anos, até 1995 quando se instituiu a livre negociação .(DIEESE, 1999. P. 20)

Os rendimentos do trabalho sofreram também a ação da inflação, que se manteve com taxas elevadíssimas nos anos 80 e 90, chegando a uma casa de 80% mensais. Porém a inflação atinge os trabalhadores de forma desigual, sendo que as maiores perdas se concentram nos menores salários.

O segmento da população economicamente ativa que recebe salário mínimo compreendeu, em 1998, 14,9 milhões de brasileiros, o que correspondia a 21,3% de um conjunto de 70 milhões de trabalhadores com rendimento, sendo que destes

10,6 (71,1%) milhões de trabalhadores são do setor urbano enquanto 4,3 milhões (28,9%) pertenciam ao setor rural.

Conforme a Constituição Federal de 1988, o salário mínimo deve ser fixado por lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas tanto do trabalhador quanto de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. (Artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal). Porém não há dúvidas sobre o seu descumprimento de acordo com o real poder aquisitivo do salário mínimo atual.

Cerca de 28 milhões de pessoas diretamente estão envolvidas com o valor do salário mínimo, sendo 12,6 milhões de aposentados e pensionistas, 14,9 milhões de trabalhadores ativos sendo que destes apenas 1,9 milhão tem carteira assinada.

Os encargos salariais também são tidos como mais um vilão que reflete na queda dos salários, sendo que o salário bruto recebido pelo empregado não representa o único custo salarial para a empresa, havendo outras despesas que atuam sobre a folha de pagamentos como o décimo terceiro salário, o adicional de um terço de férias, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a multa de 40% sobre o montante depositado do FGTS, para casos em que ocorra ruptura no contrato de trabalho por parte da empresa e sem justa causa. Consta também no salário bruto a remuneração por tempo efetivamente trabalhado como os dias não trabalhados, ou seja, tempo de trabalho pago pelo empregador sem o empregado estar disponível para o trabalho (férias, repouso semanal, feriados e ausência remunerada).

A empresa é responsável também por um conjunto de despesas que incidem sobre a folha de salários como as contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Seguro-Acidentes de Trabalho, o salário educação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro-Empresas (Sebrae), entre outras que têm surgido para regulamentar as novas formas de contratos mais flexíveis, além do contrato por tempo indeterminado, há o com prazo determinado, por jornada parcial e por período de experiência.

Comparando-se os contratos de trabalho por prazo indeterminado e determinado, nota-se a diferença nos custos do trabalho estimada em 9,13%, sendo

que 14,04% correspondem à cotização patronal e de 7,9% referente ao salário bruto.

Na Tabela 6, a seguir, pode-se observar a composição dos custos do trabalho no segmento organizado (contratos por tempo determinado e indeterminado). Observa-se que, para um custo total do trabalho de 100%, o salário bruto representa 79% no contrato por tempo indeterminado (CI) e 81,1% no contrato por tempo determinado (CD).

Como consequência da diferenciação na formação do custo do trabalho imposta pela legislação para os dois tipos de contratos de trabalho, o custo do trabalho para cada emprego assalariado por contrato de tempo indeterminado no segmento organizado do mercado de trabalho é composto de 20,07% de cotização patronal e de 79,93% de salário bruto, enquanto para cada empregado por contrato por prazo determinado, a composição do custo do trabalho é de 81,12% do salário bruto e 18,88% para a cotização patronal.

TABELA 6 – ESTRUTURA DO CUSTO DO TRABALHO POR CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO E POR TEMPO DETERMINADO NO SETOR ORGANIZADO PARA O PESSOAL DE PRODUÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL

DISCRIMINAÇÃO	COMPOSIÇÃO(%)	
	CI*	CD**
Salário Bruto	79,93	81,12
Salário direto ⁽¹⁾	56,57	61,67
Bônus e prêmio ⁽²⁾	7,74	1,59
Pagamento de Horas não trabalhadas ⁽³⁾	15,62	17,86
Cotização patronal	20,07	18,88
Fiscal ⁽⁴⁾	17,83	15,67
Institucional ⁽⁵⁾	2,24	3,21
Custo Total	100,00	100,00

FONTE(POCHMANN, 2001, p. 116).

NOTAS:

⁽¹⁾ Salário contratual, décimo terceiro salário e adicional de um terço de férias;

⁽²⁾ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(FGTS), rescisão contratual e incidência do FGTS sobre o décimo terceiro salário e sobre um terço de férias;

⁽³⁾ Férias, descanso semanal remunerado, feriados e ausências remuneradas;

⁽⁴⁾ Instituto Nacional de Seguridade Social(I.N.S.S), seguro-acidente de trabalho, salário-educação e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

⁽⁵⁾ Serviço Social da Indústria(SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Brasileiro de Apoio às pequenas e Micro-Empresas (Sebrae).

* CI – Contrato por Tempo Indeterminado;

** CD – Contrato Especial por Tempo Determinado.

No segmento não organizado, o custo do trabalho é menor, pois não há incorporação de todas as despesas salariais e não salariais, sendo que o salário bruto recebido pelo trabalhador é o único custo do trabalho para o empregador não incorporando os custos salariais (salário bruto) e as cotizações patronais destinadas às instituições governamentais e aos organismos empresariais do setor organizado. Não se leva em conta o risco das empresas operarem à margem da legislação trabalhista e das ações da contratação coletiva de trabalho, não se incorpora também, nestes casos, as possíveis multas a serem implementadas por instituições de fiscalização pelo uso de mão-de-obra em condições ilegais. Com isto, o custo do trabalho no setor não organizado é 35,04% inferior, em média, ao custo total do trabalho no contrato por tempo indeterminado no setor organizado e 28,51% para o contrato por tempo determinado; esta diferenciação se deve a 18,7% no custo salarial e 30,9% no custo não salarial.

De acordo com a PNAD de 1996, segundo Pochmann 2001 pagina 120, 42,4% do total das ocupações eram de responsabilidade do segmento não organizado e 57,6% pertenciam ao setor organizado. A identificação da composição dos distintos custos de trabalho com contrato nos segmento organizado e sem contrato no segmento não organizado permite calcular o custo médio horário do trabalho efetivo em 1996. Com o valor de US\$4,74, para o segmento organizado e US\$1,13 para o segmento não organizado, chega-se ao custo médio de US\$3,21 em 1996, valor que era 32,3% inferior ao custo médio horário do trabalho para empregados com contratos no segmento organizado e está 2,8 vezes acima do custo do trabalho dentro das ocupações não organizadas.

Com o fim da política salarial, o salário mínimo, que já chegou a representar 2,7 vezes a renda per capita em outros períodos, em 1999, significou apenas 28%. esta é uma das menores indicações desde 1940. Na década de 1990, o quadro de estagnação na renda per capita foi acompanhado de um maior esvaziamento da participação do salário mínimo no salário médio na indústria de transformação, com uma diminuição estimada de 62,8%, sendo que em 1999 o salário mínimo representou apenas 16% do salário médio industrial, enquanto no final dos anos 1970 esteve acima dos 40%.

O fato de ser uma economia com baixos salários é um dos principais motivos da desigualdade de renda. Analisando-se a evolução da distribuição funcional da

renda, ou seja, a participação do rendimento do trabalhado no total da renda nacional, percebe-se o movimento de concentração nas outras formas de renda que não do trabalho.

O segmento da População Economicamente Ativa (PEA), que recebe o salário mínimo, compreendeu, em 1998, 14,9 milhões de brasileiros. Do conjunto de trabalhadores, 21,3% tinham suas remunerações mensais equivalentes e até o valor do salário mínimo. Este valor não diz respeito apenas ao trabalhador, sendo que tem-se casos de empregador que recebe o valor do salário mínimo. No ano de 1998, do total de 14,9 milhões de brasileiros com rendimentos que recebem o equivalente ao salário mínimo, 7,8 milhões eram homens (52,3%) e 7,1 milhões eram mulheres (47,7%). O setor urbano possuía 10,6 milhões de brasileiros de salário mínimo (71%), enquanto o setor rural era responsável pela existência de 4,3 milhões de pessoas com rendimento equivalente ao piso nacional (28,9%). 2 milhões de pessoas pertenciam ao setor industrial (13,4%), 1,6 milhão ao comércio (10,6%), 6,6 milhões ao serviço privado (44,2%), 442 mil ao serviço público (2,9%) e 4,3 milhões ao setor agrícola (28,9%).

O salário mínimo encontra-se mais concentrado para as mulheres sem carteira assinada, sobretudo no emprego doméstico que tem 76% dos 5 milhões de seus postos de trabalho informais. No emprego público também é a mulher que possui maior participação relativa nos postos de trabalho de salário mínimo. Outros itens que podem ser observados entre os trabalhadores de salário mínimo é a baixa escolaridade, sendo que 47% dos trabalhadores desta faixa possuíam no máximo 3 anos de escolaridade. Observa-se, também, a existência de extensas jornadas de trabalho praticada como forma de compensar o baixo rendimento, a qualidade dos postos de trabalho e a sua instabilidade.

Quando a década de 80 chega ao fim, a média anual dos valores do salário mínimo correspondia a 40,7% do valor real que possuía em São Paulo no primeiro ano de sua entrada em vigência, em julho de 1940.

Houve tentativas de recomposição do salário mínimo; em 1991, foi feita com base na evolução da cesta básica alimentar, que possuía um valor superior ao do salário, sendo que a idéia era a de que o crescimento nominal da cesta fosse usado para aumentar o salário mínimo, procedimento este que se mostrou eficaz, mas que foi abandonado em agosto do mesmo ano. Outra tentativa foi feita através da

formação de uma Comissão Técnica do Salário Mínimo, formada por órgãos do governo (Ministério do trabalho e Previdência e da Economia) e outros órgãos técnicos (IBGE, DIEESE, FGV E FIPE). A finalidade desta comissão era definir parâmetros para o estabelecimento de uma cesta adequada ao padrão de consumo vigente do trabalhador e definir critérios para uma política de recuperação do mínimo, porém não houve consenso ao final deste trabalho.

TABELA 7 – VALOR REAL DO SALÁRIO MÍNIMO (MÉDIAS ANUAIS 1989 – 1999)

ANOS	SALÁRIO MÍNIMO	
	R\$	ÍNDICE
1989	231,86	100,00
1990	165,69	71,76
1991	173,05	74,64
1992	140,51	64,05
1993	167,31	72,16
1994	141,21	60,90
1995	139,72	60,26
1996	141,96	61,23
1997	144,20	62,19
1998	151,21	65,22
1999	151,83	65,48

Fonte: DIEESE (2001, p. 97)

NOTA: Valores em R\$ de Janeiro de 2000, corrigidos pelo ICV-DIEESE – Estrato 1; os valores médios salariais incluem o 13º salário.

O salário cresce em 1993, mas volta a cair, quando ocorre a implantação do Plano Real, em 1994, com seu valor passando, em setembro daquele ano, de R\$64,79 para R\$70,00 e seu congelamento até maio de 1995, mês em que houve um reajuste de 42,86% que o aumenta para R\$100,00. Esta correção trouxe uma elevação imediata no poder aquisitivo do trabalhador de salário mínimo. Mesmo assim, a média anual de 1995, referente ao município de São Paulo, tornou-se a menor em termos de valor real histórico, desde sua implantação. A partir deste ano, percebe-se uma pequena recuperação devido à redução das taxas de inflação na segunda metade da década. No ano de 1999 o salário mínimo correspondia a 2/3 do

seu valor de 1989.

Outra maneira de se medir o comportamento do poder aquisitivo do salário mínimo, na década de 90, é através de sua comparação com o valor de um conjunto de gêneros de primeira necessidade que compõem a ração essencial mínima de uma pessoa adulta, conforme definia o Decreto-Lei n. 399, de 30 de abril de 1938, que regulamentou a Lei do Salário Mínimo.

A Tabela 8, a seguir, mostra a relação entre o valor da cesta básica e o valor do salário mínimo para seis capitais pesquisadas ao longo da década de 90. Quanto maior essa relação, maior a parcela do salário comprometida com os gastos básicos de alimentação e, portanto, menor o poder de consumo do mínimo para outros itens essenciais à sobrevivência do trabalhador.

A primeira verificação possível, através dos dados da Tabela 8, se dá na comparação entre regiões, devido ao fato de São Paulo ter uma cesta com custo maior, sendo esta a região que apresenta a mais significativa relação cesta básica/salário mínimo na maior parte do período. Os menores valores são encontrados em Salvador, seguido de Recife.

TABELA 8 – COMPROMETIMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO COM A COMPRA DA CESTA ALIMENTAR BÁSICA – CAPITAIS 1989 - 1999 (EM %)

ANOS	BELO HORIZONTE	BRASÍLIA	PORTO ALEGRE	RECIFE*	SALVADOR	SÃO PAULO
1989	77,70	79,04	78,03	71,90	63,22	78,91
1990	92,02	92,72	95,91	83,11(1)	71,06	92,42
1991	71,65	72,47	72,53	63,72	59,82	74,79
1992	82,25	80,95	85,66	71,63	67,06	85,56
1993	74,20	72,48	77,07	66,56	66,32	78,07
1994	98,64	98,20	99,41	82,52	84,61	102,35
1995	88,38	91,59	91,50	80,54	80,56	99,69
1996	80,37	78,26	80,27	72,52	70,04	88,08
1997	74,62	73,45	77,59	64,67	62,10	81,32
1998	74,97	73,87	79,42	65,15	63,60	81,98
1999	73,14	73,79	76,54	63,62	61,33	79,86

FONTE: DIEESE (2001)

NOTA: *Na média do Recife para 1990 foram considerados onze meses.

No ano de 1991, a cesta alimentar básica atingiu seus valores mais baixos na década, quando comparada com o salário mínimo, para todas as regiões pesquisadas. Em 1994, a situação se inverte e o comprometimento do salário mínimo com a aquisição da cesta básica atinge o seu nível mais alto refletindo a queda acentuada do seu poder aquisitivo. Naquele ano, o valor da cesta em São Paulo chega a superar o do salário mínimo, mostrando sua incapacidade de atender às necessidades do trabalhador e de sua família, nem sequer as referentes à alimentação básica de uma pessoa adulta.

Na década de 1990, mais precisamente após 1993, pode-se verificar dois acontecimentos: o desemprego que se tornou o dobro do que era no final dos anos 80 e uma redução do emprego assalariado no total da população ocupada, acompanhada da geração de postos de trabalho precários e de baixa produtividade, que se referem fundamentalmente a estratégias de sobrevivência dos trabalhadores sem emprego. Nos grandes centros, que são mais dependentes do setor industrial, os problemas se tornaram ainda maiores e mesmo nas regiões menos desenvolvidas.

Os dados da PNAD de 1999 indicam que a maior parcela da PEA está concentrada em três regiões brasileiras: Sudeste, Nordeste e Sul, que, em conjunto, respondem por 88,1% da força de trabalho do País. A região Nordeste é a que contém o maior percentual de moradores nas áreas rurais com 36,4%, sendo que na região Sul este percentual é de 21,6%, e na região Sudeste de 11,3%.

A maior parte dos trabalhadores brasileiros é constituída por jovens na faixa de 20 a 39 anos com um percentual de 50,5%, com menos de 8 anos de estudos 59,6%, que, portanto, não concluiu o estudo fundamental e do sexo masculino 59,7%.

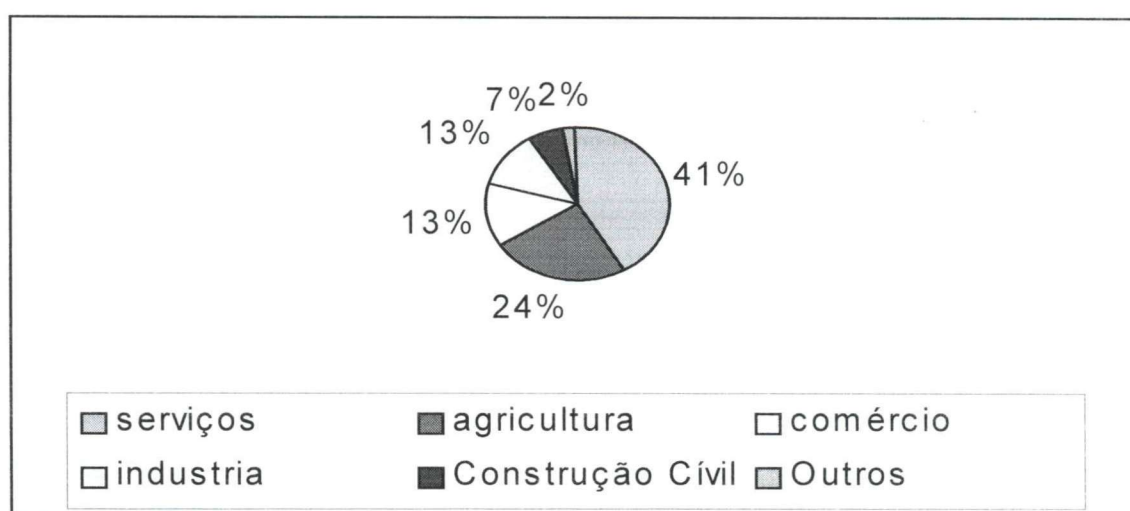
O mercado de trabalho tende a exigir um nível cada vez maior de escolaridade daqueles que emprega. Tanto que entre os ocupados, 24,9% completaram o ensino médio ou ingressaram na faculdade, portanto, têm 11 anos ou mais de estudos. Mesmo com estas exigências de qualificação, uma parte dos ocupados, 8,5%, é constituída por crianças e adolescentes na faixa entre 10 a 17 anos.

Embora predomine a contratação sob a forma assalariada com um percentual de 58,7% dos ocupados, existe uma expressiva parcela de trabalhadores por conta

própria com 23,2%; também, trabalhadores não remunerados em negócios da família.

A maior parte da força de trabalho é absorvida pelo setor de serviços com 41,2% dos ocupados, as atividades vêm a seguir com 24,2%, seguida do comércio com 13,4% e da indústria com 12,7%, conforme apresentado no Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA – BRASIL 1999



FONTE: IBGE, PNAD *apud* DIEESE (2001).

NOTA: **Serviços** englobam prestação de serviços, serviços auxiliares de atividade econômica, transporte e comunicação, social e administração pública; **indústria** engloba indústria da transformação e outras atividades industriais.

Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A região Sudeste destaca-se como a região com o mercado mais industrializado e com maior presença do trabalho assalariado, embora também apresente uma parcela bastante significativa de trabalhadores por conta própria 20,1%. A região Sul é a que mais se aproxima do perfil ocupacional da Sudeste, no que se refere ao peso da ocupação industrial e ao nível de assalariamento da força de trabalho, diferenciando-se, apenas, proporção acentuada de ocupados na agricultura. Enquanto a região Nordeste detém a mais elevada proporção de trabalhadores na agricultura com 40,7% e a menor parcela de ocupados nas

atividades industriais com percentual de 7,7%, conforme mostra a Tabela 9.

TABELA 9 – PROPORÇÃO DE OCUPADOS NA INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGRICULTURA E DE OCUPADOS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1999

INDICADORES	TOTAL BRASIL	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL
INDÚSTRIA	12,7	10,2	7,7	8,6	15,7	16,0
AGRICULTURA	24,2	13,2	40,7	22,8	13,4	26,4
SERVIÇOS	41,2	49,5	32,1	46,1	47,2	37,6
ASSALARIADO	58,7	59,4	45,0	64,6	68,0	56,3
CONTA PRÓPRIA	23,2	26,6	29,1	19,7	20,1	21,6
NÃO REMUNERADOS	9,3	7,2	16,9	5,8	4,2	11,5

FONTE: IBGE. PNAD *apud* DIEESE (2001).

NOTA: **Indústria** engloba indústria da transformação e outras atividades industriais; **Serviços** englobam prestação de serviços, serviços auxiliares de atividade econômica, transporte e comunicação social e administração pública. Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nos centros metropolitanos, na década de 90, houve um aumento da precariedade, com os índices de desemprego crescendo em todas as regiões pesquisadas, sendo que apenas entre os anos de 1993 e 1995 houve um retrocesso pequeno no Distrito Federal, em Porto Alegre e em São Paulo; nas demais regiões, durante toda a década, só houve elevação deste percentual. Esta evolução desfavorável do desemprego é conseqüência do crescimento econômico insuficiente e do êxodo crescente ocorrido nos últimos anos.

A região de São Paulo, que em 1989 contava com 614.000 desempregados, viu este número crescer em 10 anos para 1.715.000. Em todas as regiões foi constatado aumento crescente do desemprego.

A média de procura de trabalho também aumentou significativamente em todas as regiões, chegando a ultrapassar, em algumas delas, o período de doze meses. Essa evolução deixa claro o grau de dificuldade em conseguir um novo trabalho e o aumento de tempo da permanência destes trabalhadores na situação de

desempregado, sendo que em todas as regiões foi verificado um elevado crescimento do desemprego em segmento como jovens e trabalhadores com menor nível de instrução.

Como consequência dessa flexibilização, a proporção de trabalho assalariado diminuiu, sendo que os maiores percentuais de redução foi na região de São Paulo. Ao mesmo tempo, aumentou o número de trabalhadores por conta em São Paulo, que passou de 15,6% em 1989 para 21% em 1999; em Porto Alegre, de 16,5% em 1993 para 18,9% em 1999, regiões onde também houve uma variação próxima destes números no emprego doméstico.

3 O MERCADO DE TRABALHO NO CAMPO

3.1 SITUAÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA

Neste setor, como também houve concentração de riqueza, o seu desenvolvimento acabou por gerar exclusão.

As propriedades agrícolas, em grande parte, tornaram-se grandes complexos agro-industriais, que produzem, além de bens de consumo final, matérias-primas para algumas indústrias de transformação. Porém, este processo não ocorre de maneira uniforme, privilegiando algumas regiões onde se concentram as maiores riquezas e fazendo com que aumente ainda mais as diferenças de geração e distribuição de renda.

Este modelo, que trouxe crescimento na produtividade agrícola do País, com a produção de alimentos mais baratos e em grandes quantidades, por outro lado, causou uma exclusão dos pequenos agricultores do sistema e com isto os reflexos sobre o emprego e a renda rural não tardaram a aparecer. Com a precariedade das condições de trabalho e a elevação dos índices de pobreza, vieram uma das maiores taxas de êxodo rural do mundo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população rural, que em 1950 correspondia a dois terços da população total do País, no final da década de 90 representava apenas 20%.

A grande maioria desta população que se transferiu do meio rural para o urbano sofreu perda na qualidade de vida devido a falta de planejamento com que esta transferência foi feita. O poder de barganha dos pequenos agricultores sempre

foi muito pequeno ou inexistente; com isto, eles não conseguiram se defender dos efeitos da inflação e das políticas macroeconômicas adotadas pelos governos mais recentes. Segundo dados do IBGE, há uma grande disparidade na renda da população residente no campo, onde os 10% mais ricos detêm aproximadamente 43% da renda e os 10% mais pobres ficam com apenas 1%.

De acordo com a Tabela 9, 26,3% dos trabalhadores recebiam até 1 salário mínimo e 46,7% dos ocupados não tinham nenhum rendimento, devido serem trabalhadores familiares não remunerados, principalmente mulheres e crianças acima de 10 anos, pois conta-se uma família como uma unidade e o chefe da família recebe por todos.

TABELA – 10 PESSOAS OCUPADAS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA POR RENDIMENTO – 1998

FAIXA DE RENDA	Nº DE PESSOAS OCUPADAS	%	% ACUMULADO
Até ½ salário mínimo	1.484.524	9,1	9,1
½ a 1 salários mínimos	2.812.010	17,2	26,3
1 a 2 salários mínimos	2.529.660	15,5	41,8
2 a 5 salários mínimos	1.223.392	7,5	49,3
+ de 5 salários mínimos	417.801	2,6	51,9
Sem rendimento	7.642.269	46,7	98,6
Sem declaração	228.444	1,4	100,0
Total	16.338.100	100,0	

FONTE: IBGE/PNAD *apud* DIEESE (2001).

Este quadro se agrava devido à depreciação dos salários sofrido ao longo da história.

As negociações salariais no meio rural são bastante complexas, sendo influenciadas por itens como períodos de safra e entressafra e a alta rotatividade da mão-de-obra. As negociações, em sua maioria, ocorrem no período de maior utilização da mão-de-obra. Este tipo de trabalho é influenciado pela sazonalidade que faz com que no período de entressafra, a necessidade de mão-de-obra caia reduzindo drasticamente os postos de trabalho. Além destes fatores, nos últimos anos, algumas culturas, que utilizavam um grande número de trabalhadores, vêm

passando por um processo de mecanização e, com isto, mesmo na safra, o volume de postos de trabalho tem diminuído muito em várias regiões. Durante o período de safra, a remuneração ofertada é maior devido a maior necessidade de trabalhadores; porém, na entressafra os trabalhadores perdem o poder de barganha e se obrigam a aceitar os salários ofertados. Poucas culturas têm força para negociar salários, um dos poucos exemplos é a cana-de-açúcar devido à necessidade que tem de mão-de-obra e de estar presente em vários estados.

Apesar das lutas da classe dos trabalhadores rurais, a maioria dos salários não ultrapassa a um salário mínimo acrescido de 30%; este valor é acrescido nos períodos de safra devido ao fato dos trabalhadores receberem por produção durante estes períodos, o que faz com que trabalhadores, com trabalho fixo, abandonem seus postos aderindo a estes empregos sazonais na busca de uma maior rentabilidade. Isto causa aos trabalhadores, após alguns anos de trabalho, sérios problemas de saúde; em decorrência disto, ocorre a queda de rendimento e, conseqüentemente, a perda em seus rendimentos ou até mesmo do seu trabalho.

A formalização do trabalho rural é muito baixa; em 1998, apenas 27,75% dos trabalhadores tinham carteira assinada. Porém, este número não tem crescido mais devido a alguns itens que têm ajudado a classe empregadora a se livrar das responsabilidades sobre seus trabalhadores. O funcionamento de cooperativas de mão-de-obra coletiva, por exemplo, tem feito com que alguns empregadores criem falsas cooperativas e consigam extorquir seus trabalhadores. O prazo de prescrição para ações trabalhistas foi reduzido para dois anos, igualando os trabalhadores rurais aos trabalhadores urbanos.

Com a Constituição de 1988, os trabalhadores rurais passaram a ser incluídos na Previdência Social e passaram a ter direito à aposentadoria, o que, em muitos casos, ampliou o potencial agrícola, principalmente na agricultura familiar.

Grande foram as mudanças pelas quais têm passado os trabalhadores do setor agrícola; hoje, exige-se maior qualificação da mão-de-obra, aumentou o ritmo de trabalho, as formas de produção e remuneração foram alteradas, o uso de novas tecnologias diminui a cada ano a utilização de mão-de-obra, e, com isto, a qualidade de vida da maioria dos trabalhadores vem caindo anualmente.

TABELA 11 – QUANTIDADE ANUAL DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM MANUTENÇÃO NO BRASIL DE 1990 A 1999

ANOS	NÚMEROS ABSOLUTOS		PARTICIPAÇÃO (%)		
	URBANO	RURALS	TOTAL	URBANO	RURALS
1990	8.144,4	4.329,3	12.473,7	65,29	34,71
1995	9.773,8	6.402,7	16.176,6	60,42	39,58
1999	12.391,0	6.813,0	19.204,4	64,52	35,48

FONTE: MPAS, Anuário estatístico da Previdência Social.
Elaboração: DIEESE

3.2 QUESTÃO AGRÁRIA

Segundo dados do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), citado por DIEESE (2001), haviam no País 59,7 mil imóveis improdutivos, que ocupavam uma área de 116 milhões de hectares. Esta terra seria suficiente para assentar 1,6 milhões de famílias e, após esta data (2001) a área controlada pelos maiores imóveis rurais foi ampliada em mais 56 milhões de hectares. Este espaço supera em muito ao espaço desapropriado pelo governo para a reforma agrária nos últimos anos.

Em 1984, surgiu o Movimento dos Sem Terra (MST) e se espalhou por diversos estados do Brasil, fazendo da ocupação de terras sua principal arma.

Em 1988, como reação dos latifundiários na defesa de seus privilégios e interesses, surge a União Democrática Ruralista (UDR), que, no processo constituinte, conseguem retirar do ordenamento agrário brasileiro o referencial contido no *Estatuto da Terra* que havia começado a ser cumprido em 1985 no governo do então presidente Sarney, com o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA).

Novas organizações dos trabalhadores têm surgido na luta pela terra, ligados ou não aos movimentos sindicais, igreja ou partidos políticos. Por outro lado, cresce também a repressão dos latifundiários e da polícia. Entre os anos de 1985 a 2000, foram registrados 1.190 assassinatos rurais: advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas. No início do governo Fernando Henrique, algumas mudanças na lei agilizaram a emissão de posses, porém, no final do primeiro mandato e no

segundo, surge uma lei que proíbe a vistoria em terras ocupadas; a partir de então, várias manobras políticas e jurídicas vêm dificultando a reforma agrária no Brasil.

Segundo os dados da PNAD, realizada pelo IBGE em 1998, o Brasil contava com 69.963.113 ocupados, sendo que destes 16.338 milhões estavam no meio rural, correspondendo a 23,35% do total. Em 1992, essa ocupação era de 18,5 milhões e comparada a 1998 há uma perda de 2.161 milhões de ocupações.

Junto com a diminuição dos postos de trabalho, o rendimento dos ocupados também é muito baixo, sendo que, em 1998, 26,3% dos trabalhadores recebiam até 1 salário mínimo e 7,6 milhões de ocupados não tinham renda nenhuma, devido ao fato de que muitos trabalhadores ocupados nas atividades agrícolas são trabalhadores familiares, não remunerados, constituído por mulheres e crianças, em que todos contribuem com a produção do chefe da família.

Outras atividades, que não exclusivamente as rurais, também já se destacam no meio rural como: instalação de indústrias, serviços na área de transporte, infraestrutura, lazer e comunicação, que podem ser desenvolvidas na área rural ou em áreas próximas, o que faz com que pessoas que, mesmo vivendo na área rural, exerçam uma atividade que não é agrícola. Existem nessa área muitas pessoas em funções como: motoristas, professores de primeiro grau, empregados domésticos, pedreiros ou serventes e vendedores, sendo que, segundo dados da Unicamp (Unicamp A situação do trabalho no Brasil) , em 1995, essas pessoas já representavam 3,93% dos residentes da zona rural. Essas funções na sua maioria exigem baixo nível de qualificação, alguns desses trabalhadores intercalam atividades agrícolas com não agrícolas.

A maior parte dos trabalhadores de áreas rurais, que se ocupam de atividades não agrícola, encontram-se na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo; este fator pode ser justificado através da queda do nível de emprego nas atividades agrícolas e da complementação da renda.

TABELA 12 – OCUPADOS RURAIS NÃO AGRÍCOLAS NO BRASIL EM 1995

ATIVIDADE ECONÔMICA	TOTAL(EM MILHARES)	%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.174	30
INDÚSTRIA	911	23
SERVIÇO PÚBLICO	714	18
COMÉRCIO	528	13
CONSTRUÇÃO	419	11
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	146	4
OUTROS	38	1
TOTAL DE OCUPADOS	3.930	100

FONTE: IE/UNICAMP 1995

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiar são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária nacional e recebem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Esta desproporção é mais um dos itens que pesa contra a agricultura familiar, mesmo no Sul onde a agricultura familiar é responsável por 57,1% do VBP da região, apenas 43,3% dos financiamentos ficam neste setor.

De acordo com o censo Agropecuário realizado em 1995/96 pelo IBGE, haviam no País 4,86 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando 353,6 milhões de hectares; deste total, 4,139 são familiares ocupando 107,8 milhões de hectares, ou seja, 85,2% do total e ocupam apenas 30,5% das terras, enquanto os grandes latifundiários representam apenas 11,4% dos estabelecimentos e ocupam 67,9% da área total.

No Nordeste onde os agricultores familiares representam 88,3% do total dos estabelecimentos e ocupam 43,5% da área total, o VBP regional do setor é de 43% e a participação sobre o total dos financiamentos é de apenas 26,8%.

TABELA 13 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA POR CATEGORIA E ESTABELECIMENTO NO BRASIL DE 1995 A 1996

CATEGORIAS	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	% DE ESTABELECIMENTOS SOBRE O TOTAL	ÁREA TOTAL (MIL HA)	% DA ÁREA SOBRE O TOTAL
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9
Outras(1)	165.994	3,4	5.793	1,6
Total	4.859.864	100,00	353.611	100,00

Fonte: IBGE *apud* FAO 1995/96

NOTA:(1)Estabelecimentos agropecuários cuja condição do proprietário era instituição, PIA, ou religiosa do governo (federal, estadual ou municipal), além de outros estabelecimentos sem informações suficientes para classificação.

Percebe-se pelos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 do IBGE, que, a agricultura familiar é onde se concentra o maior número de ocupações no meio rural. A quantidade de empregos permanentes gerados é pequena, ocupa apenas 308.097 de pessoas, conforme Tabela 24, a seguir, quando comparada ao volume de emprego criado pelos estabelecimentos patronais, que são responsáveis pela contratação de 1.502.529 empregados.

TABELA 14 – PESSOAL OCUPADO NA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO AS DIFERENTES FORMAS DE OCUPAÇÃO

REGIÃO	TOTAL PESSOAL OCUPADO	% SOBRE TOTAL	EMPREGOS PERMANENTES	EMPREGOS TEMPORÁRIOS	PARCEIROS (EMPREGADOS)	OUTRA CONDIÇÃO
Nordeste	6.809.420	82,93	81.379	588.810	34.081	62.212
Centro-Oeste	551.242	54,14	42.040	39.824	2.793	15.418
Norte	1542.577	82,15	25.697	68.636	6.880	29.772
Sudeste	2.036.990	59,20	98.146	160.453	58.146	58.294
Sul	2.839.972	83,94	60.835	128.955	20.548	26.207
Brasil	13.780.201	76,85	308.097	986.678	122.448	191.903

FONTE: IBGE *apud* INCRA/FAO 1999

4 O MERCADO DE TRABALHO POR FAIXAS DE IDADE SEXO E RAÇA

4.1 O MERCADO DE TRABALHO PARA A MULHER

A população brasileira conta com uma ligeira predominância de mulheres, segundo a (PNAD) Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio, realizada pelo (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres eram 51% do total da população brasileira, porém a sua participação no mercado de trabalho é inferior à dos homens.

O homem é tido como provedor da família e a mulher tem a função de cuidar dos afazeres domésticos e cuidar dos filhos, isto determinou um maior número de homens no mercado de trabalho. Porém, esta cultura não apenas brasileira e também mundial vem sofrendo mudanças ao longo do último século devido à necessidade de compor a renda familiar, ou mesmo de a mulher assumir por completo o sustento da família, por desemprego, ou diversas são as barreiras encontradas pelas mulheres ao ingressar no mercado de trabalho; geralmente, são destinadas a postos preferencialmente nas áreas ligadas a atividades tidas como femininas como: cuidados na área de saúde, serviços de limpeza, trabalho social, venda de produtos ou outros e raramente alcançam cargos de chefia.

TABELA 15 – MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR REGIÕES METROPOLITANAS, SEGUNDO OS MESES DA PESQUISA – MAR. 2002 – JUL. 2005

ANOS DA PESQUISA	MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, ECONOMICAMENTE ATIVAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA						
	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2002	8.869,2	578,7	685,1	917,8	2.238,8	3.684,6	764,6
2003	9.463,4	636,5	722,8	977,6	2.302,2	4.034,0	790,0
2004	9.768,8	634,8	749,1	1.023,6	2.378,8	4.172,1	810,1
2005	9.851,0	641,0	767,4	1.028,5	2.363,4	4.224,4	824,1

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

Pesquisa Mensal de Emprego mar. 2002-jul.2005.

Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo DIEESE (2001) e conforme mostrado na Tabela 10, a participação da mulher no mercado de trabalho também está concentrada nas regiões metropolitanas, devido ao mercado de trabalho ser maior e ao maior volume de população, porém grande é o número de trabalhadoras em funções sem remuneração como a agricultura familiar, pequenos negócios de família e outras funções sem registro.

Em 1999, 41,4% das pessoas que compunham a força de trabalho eram mulheres, esta participação no Brasil é bastante homogênea, apesar das diferenças características de cada região. Elas correspondem a mais de 40% da População Economicamente Ativa (PEA), o que mostra uma grande conquista de espaço na atividade econômica, apesar de muitos itens mascararem o número real de mulheres na situação de ativas no mercado de trabalho, pois várias são as que não constam das estatísticas, por estarem em funções como ajuda em negócios da família, cuidado com crianças, doentes ou idosos, ou ainda no trabalho em áreas rurais onde o trabalho é responsabilidade da família como um todo.

TABELA 16 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E TOTAL DE MULHERES POR REGIÃO

REGIÕES	TOTAL	MULHERES	%
NORTE URBANA	3.533.532	1.459.910	41,3%
NORDESTE	22.344.532	9.211.091	41,2%
SUDESTE	34.422.715	14.232.953	41,3%
SUL	13.150.894	5.560.105	42,3%
CENTRO-OESTE	5.749.675	2.336.151	40,6%
BRASIL	79.315.287	32.834.366	41,4%

FONTE: IBGE, PNAD *apud* DIEESE (2001).

Apesar da expansão conquistada pelas mulheres, elas ainda estão longe de alcançar o contingente masculino, porém, é cada vez mais significativo nas regiões do Distrito Federal, Salvador e São Paulo, conforme mostra a Tabela 3, em que mais da metade das mulheres em idade ativa estão no mercado de trabalho, mas, na maioria dos casos, isto não as dispensa dos seus afazeres domésticos, o que

lhes acarreta uma dupla jornada de trabalho.

TABELA 17 – TABELA DE PARTICIPAÇÃO DA MULHER POR REGIÃO

REGIÕES METROPOLITANAS	TOTAL	MULHERES
BELO HORIZONTE	57,2	48,1
DISTRITO FEDERAL	62,0	55,3
PORTO ALEGRE	58,3	49,0
RECIFE	54,0	44,4
SALVADOR	60,2	53,1
SÃO PAULO	62,2	52,0

FONTE: Convênio DIEESE/SEADE, TEM FAT e convênios regionais, PED *apud* DIEESE (2001).

Em 1999, a participação feminina na população economicamente ativa nas regiões acompanhadas pela PEA correspondiam a 7,2 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 45% do total de pessoas que compunham a força de trabalho e que estão no mercado como empregados ou desempregados nas citadas regiões.

A maior participação das mulheres se dá no Distrito Federal com 55,3%, talvez devido a grande presença do setor de serviços públicos que emprega muitas mulheres. Em Salvador, talvez pela economia menos desenvolvida, elas ocupam postos menos formalizados, o que faz com que sua participação seja maior que nos mercados do Sul e do Sudeste.

Normalmente, as mulheres ingressam no mercado de trabalho por volta dos 16 anos de idade e por vários anos irão se dividir entre trabalho e estudo, porém, de acordo com a PNAD de 1999, o número de mulheres que trabalham e conseguem chegar ao nível superior é de 20,4% enquanto que o de homens é de 17,5%.

Segundo DIEESE (2001), Tabela 04, o grande número de mulheres ingressam no mercado de trabalho entre os 16 a 24 anos, porém o maior volume ocorre entre os 25 a 39 anos, o que mostra a persistência da atividade econômica das mulheres durante todo o período de sua idade reprodutiva e também no período da criação dos filhos. Após os 40 anos, estes números se reduzem, fato igual ao ocorrido com os homens, porém, mesmo após os 40 anos, a média se mantém

acima dos 40%.

TABELA 18 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA

REGIÕES METROPOLITANAS	10 A 15 ANOS	16 A 24 ANOS	25 A 39 ANOS	40 ANOS
Belo Horizonte	6,4	61,0	68,4	38,4
Distrito Federal	7,0	64,6	76,9	45,4
Porto Alegre	7,2	62,3	70,8	40,8
Recife	7,4	52,4	64,8	36,4
Salvador	7,4	61,8	76,2	44,6
São Paulo	9,2	66,7	71,1	42,4

FONTE: Convênio DIEESE/SEADE, TEM FAT e convênios regionais *apud* DIEESE (2001).

As empresas impõem várias dificuldades para contratar mulheres, alegando altos custos causados por gravidez que as leva a ficar 120 dias sem trabalhar e ainda as necessidades que uma mãe tem ao regressar ao ambiente de trabalho como amamentar o filho, o que pode necessitar de flexibilidade no horário de trabalho e ainda custos com creche para crianças, de acordo com o número de funcionárias mães que a empresa venha a ter. Estes fatos fazem com que as empresas evitem a contratação da mão-de-obra feminina.

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DOS DESEMPREGADOS POR REGIÃO METROPOLITANA – 1999

REGIÃO	TOTAL	MULHERES	%
BELO HORIZONTE	342	173	50,7
DISTRITO FEDERAL	189	104	54,9
PORTO ALEGRE	309	158	51,0
RECIFE	321	162	50,6
SALVADOR	394	202	51,1
SÃO PAULO	1,715	851	49,6
TOTAL	3,270	1,650	50,5

FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT/PED *apud* DIEESE (2001).

A proporção de mulheres desocupadas, em geral, é maior que a dos homens, apesar de serem minoria no mercado de trabalho e do total de mulheres empregadas ser menor que o dos homens. Em 1999, segundo a tabela 5, elas eram

50,5% de desempregadas em um volume de 3,3 milhões de pessoas nas regiões pesquisadas, estando o maior percentual no Distrito Federal e somente na região sul de São Paulo elas estão abaixo dos 50%.

O tempo médio que as mulheres levam para obter um novo emprego é superior a um ano em regiões como Distrito Federal e Salvador, apenas no Recife este tempo é de 28 semanas. Isso ocorre devido ao mercado de trabalho ser menos dinâmico, causado pela sua formação que atrela ainda mais as mulheres a tarefas domésticas, o que gera uma menor pressão no mercado de trabalho e faz com que diminua o tempo de procura por um novo emprego. Ao contrário do Distrito Federal, onde grande parte do emprego está no setor público e grande parte deste é determinada por concursos para contratação, isto aumenta a pressão na concorrência por postos de trabalho no setor privado.

TABELA 20 – MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, DESOCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR REGIÕES METROPOLITANAS, NO PERÍODO DE MAR.2002-JUL.2005

ANOS DA PESQUISA	MULHERES DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, DESOCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA						
	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2002	1.233,0	82,8	120,6	108,9	280,8	559	81,2
2003	1.434,3	103,8	141,7	122,0	277,6	697,2	91,41
2004	1.404,6	95,0	147,9	128,3	294,1	651,9	87,3
2005	1.272,8	96,8	147,2	114,7	257,8	579,4	77,1

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego. Mar. 2002-jul.2005

No momento, as mulheres têm um índice que pode colocá-las em vantagem em determinados setores do mercado de trabalho em algum tempo. As mulheres em censo realizado pelo Ministério da Educação em 68,4% das cidades da região metropolitana de São Paulo, estão em número superior aos homens em quantidade de alunos matriculados. Isto se deve a alguns fatores como a não dependência da mulher em relação ao companheiro ou pai, como era em épocas anteriores, e ao fato de as garotas levarem mais a sério os estudos que os rapazes que desistem com

mais facilidade.

Segundo dados do Censo Escolar de 2003 , do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, no Brasil, em 73,4% das 5.395 das cidades que possuem estudantes no ensino médio, o número de meninas é superior ao de meninos e acredita-se que a dependência financeira e a consciência da sua posição no mercado é o que leva as mulheres a buscar cada vez mais escolaridade. Aliado a estes fatos, sabe-se também que os meninos sofrem uma pressão maior para a sua entrada no mercado de trabalho pela necessidade de aumento na renda familiar, o que faz com que a evasão escolar seja maior entre os meninos. Mesmo com todos estes dados, não se pode deixar de reconhecer que as mulheres têm crescido no mercado de trabalho por méritos próprios e não por concessões feitas pelos homens, o que prova que a educação é uma das principais formas de se alcançar crescimento.

Na média, as mulheres têm, 6,7 anos de estudo enquanto os homens tem 6,4 na população a partir de 15 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002.

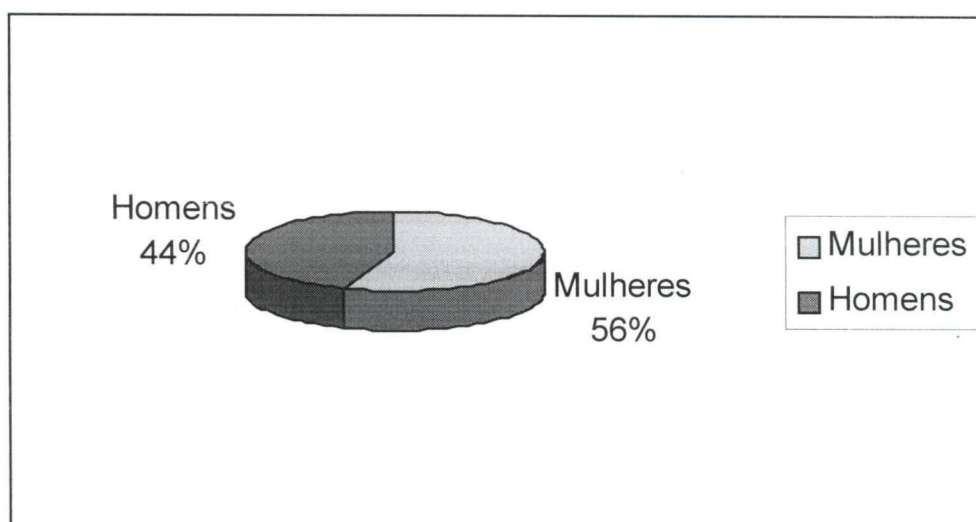
TABELA 21 – INGRESSO EM CURSOS SUPERIORES (%)

MULHERES	HOMENS
55,66	44,33

FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT/PED *apud* DIEESE (2001)

Em 1996, 295 mil mulheres ingressaram no ensino superior; já em 2001 este número subiu para 671 mil, um acréscimo de 156%. Por ano, o ingresso em cursos superiores está com 55,66% de mulheres contra 44,33% de homens como se vê na Tabela 16 e Gráfico 5.

GRÁFICO 05 – INGRESSO EM CURSOS SUPERIORES



FONTE: DIEESE/SEADE/MTB/FA/PED *apud* DIEESE (2001).

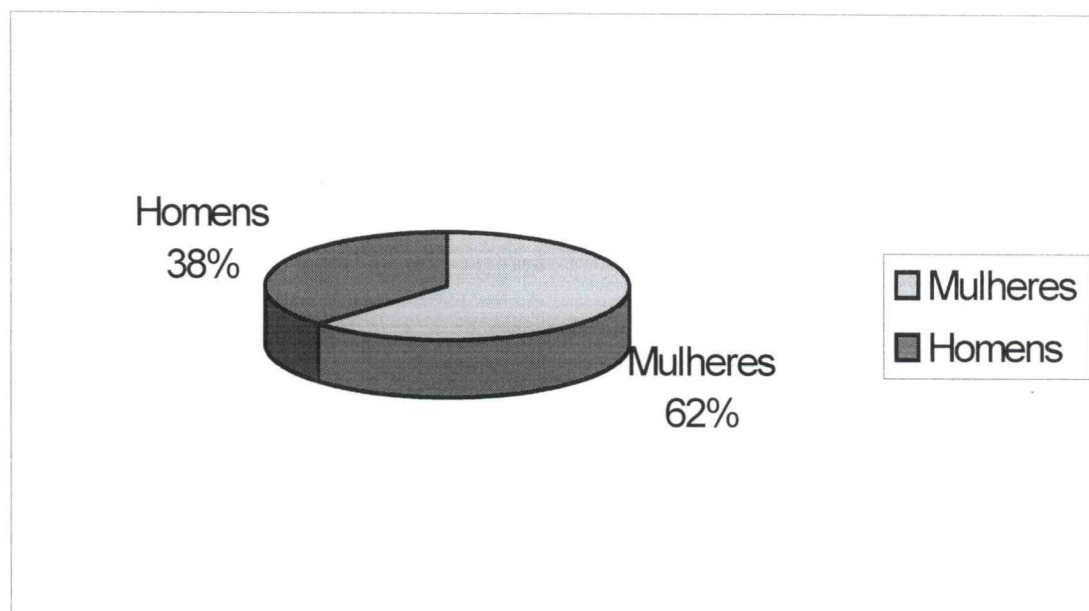
Comparando-se em número de formaturas, este percentual é ainda maior 62,37% de mulheres contra 37,62 de homens, como se vê na Tabela 7 e Gráfico 2, o que mostra que além do ingresso de homens ser em número maior há um maior percentual de abandono dos cursos superiores. Com isto, vem crescendo o número de mulheres com curso superior em média mais do que vem crescendo o número de homens; isto se refletirá em algum momento no mercado de trabalho com as vagas que sempre foram destinadas para homens passando a ser ocupadas por mulheres.

TABELA 22 – FORMANDOS EM CURSOS SUPERIORES (%)

HOMENS	MULHERES
62,37	37,62

FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT/PED *apud* DIEESE (2001).

GRÁFICO 6 – FORMANDOS EM CURSOS SUPERIORES



FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT/PED *apud* DIEESE (2001)

4.2 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO PARA NEGROS

Em países como Estados Unidos, África do Sul e outros as relações entre raças diferentes se caracterizam pelo racismo assumido, porém, no Brasil, ao contrário do que se pensa, não é um País com democracia racial e sim com um racismo camuflado, o qual gera a impressão do mesmo não existir. Porém, é no mercado de trabalho que isto se distingue com clareza, pois os negros estão mais sujeitos ao desemprego, permanecem mais tempo desempregados e, quando conseguem trabalho, ocupam postos de menor qualidade e remuneração.

Os negros correspondem a 41,3% do total da População em Idade Ativa (PIA), nas seis regiões pesquisadas pela PED, porém sua distribuição se dá de maneira desigual entre as regiões. A grande maioria se concentra em Salvador com 82,4% e a menor proporção está em Porto Alegre com apenas 10% da PIA. Isto se dá devido a formação econômica do País e na formação das regiões, sendo que o Nordeste foi colonizado com mão-de-obra escrava em sua maioria, enquanto o Sul foi povoado pelos europeus.

Os negros tem maior participação no mercado de trabalho nas situações mais

extremas e indesejáveis, com crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos e trabalhadores em idades de aposentadoria porém as mesmas não lhe permitem o suficiente para o seu sustento. Porém no segmento entre 25 a 39 anos que é considerada a faixa mais produtiva isto não se reflete, pois neste segmento os negros tem uma participação mais discreta que a de outros trabalhadores.

Apesar de constituírem 48% da população (PNAD, IBGE, 1990), os negros correspondem a apenas 1% dos que ocupam postos estratégicos do mercado de trabalho; o salário médio pago aos trabalhadores negros equivale à metade do salário dos trabalhadores brancos; os brancos também têm 30% a mais de chances de conseguir emprego, e o dobro de chances de manter a qualidade de vida das suas famílias, do que os negros.

Segundo a (PNAD) Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios realizada pelo (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no início da década de 90 pesquisa nacional, focalizando o rendimento médio salarial, com o corte racial e de gênero, revelando os seguintes dados: homens brancos ganhavam, em média 6,3 salários mínimos; mulheres brancas, 3,6; homens negros 2,9; mulheres negras 1,7. Sem dúvida, raça e, depois gênero ditam lugares diferenciados para homens e mulheres, negros e brancos na pirâmide social.

Vale ressaltar a absurda condição das mulheres negras que neste contexto, ocupam a base da pirâmide. A mesma pesquisa dá conta de que as mulheres negras ocupadas em atividades manuais perfazem um total de 79,4% (51% no emprego doméstico remunerado: 28,4 são lavadeiras, passadeiras, cozinheiras e serventes). Apenas 7,4% ocupam funções de secretárias, recepcionistas e revendedoras. Nas funções técnicas administrativas, científicas e artísticas, as mulheres negras ocupavam entre 5,3% a 10%.

A dificuldade para manutenção e reprodução das famílias negras implica no ingresso precoce de seus membros no mercado de trabalho, o que gera um obstáculo à conclusão dos estudos e acumula prejuízos a qualidade futura do conjunto da força de trabalho. O número de adolescentes que abandonam os estudos por necessidade de trabalhar chega a uma taxa de 13,2% na região de São Paulo e 10,4% na região de Salvador. Devido a fatos como estes é mínimo o número de trabalhadores no Brasil em funções como engenheiro, médico, dentista e outras que necessitem de curso superior e especialização.

Em 2001 o Brasil tinha em 2001 o cerca de 75 milhões de pessoas ocupadas, sendo que deste total 41 milhões eram brancos e 34 milhões eram negros. De um total de 40,7 milhões de assalariados 56,4% eram brancos e 54,1% negros, sendo que enquanto 15,9% dos brancos trabalhavam sem carteira assinada entre os negros este percentual era de 21,4%. O número de trabalhadores por conta própria era composto por 8,9 milhões de brancos com um percentual de 21,6% e 7,8 milhões de negros com um percentual de 3,2%. O número de negros é maior entre os trabalhadores domésticos, sendo que este é composto por 2,6 de brancos e 3,2 milhões de negros. Entre os trabalhadores sem remuneração 4,1 milhões é de brancos enquanto que 4,7 milhões é de negros, segundo a (PNAD) Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios realizada pelo (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2001.

Também, é maior a permanência dos negros no mercado de trabalho, após os 40 anos, devido à dificuldade de acumulo de bens ou valores durante a fase produtiva, às aposentadorias com baixos valores, que não lhes fornece o necessário para seu sustento. Na grande São Paulo, a participação mais prolongada dos negros é de 61,2% contra 54,1% dos não negros. Porém, esta maior participação nas etapas indesejáveis da vida não se refletem na faixa etária mais produtiva, que se dá entre os 25 a 39 anos. Nesta faixa, os negros têm menor participação no mercado de trabalho, com exceção de Porto Alegre e do Distrito Federal; nas regiões metropolitanas, os negros em geral tem participação inferior a de não negros.

Um dos fatores mais utilizados pelos empregadores nos dias de hoje, para justificar a não contratação de negros, é a diferença de escolarização entre negros e não negros. Porém, segundo a Tabela 18, a seguir, o comportamento das taxas de desemprego por escolaridade segue a mesma tendência com os negros estando sempre em situação inferior aos brancos. Mesmo com níveis de escolaridade idênticos, o percentual de diferença é menor quanto maior for o nível de escolaridade e o menor nível ocorre entre os que alcançaram o ensino superior. Segundo os empresários do País, há poucos negros em cargos de chefia e direção devido à falta de negros com curso superior e até mesmo com nível secundário.

motivo que dificulta a colocação de negros nestas funções. Esta é mais uma das realidades enfrentadas pelos negros em nosso País. À medida que vai se elevando o nível de estudos, pode-se perceber que há uma queda no número de alunos negros, com o percentual em cursos superiores estando próximo de 1 ou 2%. Mesmo em regiões como Salvador, onde o número de negros é maior, pode-se observar que há sempre um percentual maior de brancos que de negros que freqüentam as escolas.

TABELA 23 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO COR OU RAÇA E CONDIÇÃO NA ATIVIDADE – MARÇO DE 2004

COR OU RAÇA E CONDIÇÃO NA ATIVIDADE	TOTAL	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
OCUPADOS	9,0	8,5	9,0	8,7	9,0	9,1	8,9
BRANCA	9,8	10,2	12,0	10,0	10,0	9,8	9,1
PARDA/PRETA	7,7	7,7	8,4	7,5	7,7	7,4	7,4
DESOCUPADOS	8,8	8,4	8,4	8,6	9,1	8,8	8,6
BRANCA	9,5	9,5	10,0	9,6	10,0	9,4	8,9
PARDA/PRETA	8,0	7,9	8,2	8,0	8,2	7,9	7,4

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego – março de 2004.

Pode-se observar também a maior dificuldade entre os negros em entrar no mercado de trabalho, os percentuais de desempregados são sempre maiores entre negros do que entre brancos. Procura-se justificar este percentual pelo grau de escolaridade que é menor e que exclui o negro na disputa no mercado de trabalho devido a sua pouca qualificação. A cidade de Salvador é tida como a maior cidade negra no mundo fora da África, porém isto não faz com que os números em Salvador sejam mais animadores do que nas outras regiões pesquisadas, segundo constatado pelo IBGE/PNAD de 1998 em trabalho realizado pela Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), o qual demonstra que os negros, mesmo com um percentual de 81,40% da população de Salvador

apresentavam um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito inferior ao dos brancos.

TABELA 24 – COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DA ESTIMATIVA DA MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO COR OU RAÇA E CONDIÇÃO NA ATIVIDADE – MARÇO DE 2004

COR OU RAÇA E CONDIÇÃO NA ATIVIDADE	TOTAL	RECIFE	SALVADOR	BELO HORIZONTE	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE
OCUPADOS	0,7	1,8	1,8	1,3	1,3	1,2	1,3
BRANCA	0,7	2,1	2,0	1,5	1,3	1,3	1,3
PARDA/PRETA	0,7	1,7	1,7	1,2	1,3	1,5	2,5
DESOCUPADOS	0,7	2,0	1,6	1,5	1,4	1,2	1,9
BRANCA	0,9	2,9	4,4	1,9	1,5	1,4	2,1
PARDA/PRETA	1,0	2,3	1,6	1,9	2,0	1,9	4,2

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego – março de 2004.

Também é inferior a condição do negro quando se analisa os rendimentos do trabalho sendo que os trabalhadores negros tem remunerações mais baixas e esta diferenças tendem a crescer de acordo com o grau do posto ocupado, sendo que quanto mais alto o posto maior a diferença de salário em relação a outros trabalhadores . Esta situação é ainda mais grave quando se trata das mulheres que apresentam rendimentos ainda menores.

4.3 TRABALHO INFANTIL

Infelizmente, ainda nos dias de hoje um grande número de crianças são tidas como escravas em canaviais, carvoarias, ou fazendas. Muitas empresas lucram com a exploração infantil e o trabalho escravo. O número de trabalhadores entre 10 e 17 anos é de aproximadamente 7,5 milhões, segundo a PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) de 1999, o que representa 12% da População Economicamente Ativa (PEA). Sendo que, desse número, 1,2 milhão trabalham na agricultura.

Segundo as estatísticas, para cada adulto, existe pelo menos uma criança ou adolescente trabalhando nos canaviais brasileiros. Em São Paulo, são 60 mil crianças. Em Alagoas, 50 mil canavieiros têm entre 6 e 13 anos e só no município de Campos, no Rio de Janeiro, 4 mil crianças trabalham como bóia-frias da cana-de-açúcar. Em vários casos, a criança pode crescer canavieira, o que se considera quando a foice mutila parte do corpo da criança, que além de perder o emprego se vê sem condições de conseguir um outro tipo de trabalho normal para o resto de sua vida, o que a coloca em uma situação de dependência. Quase sempre sofrem de desnutrição e excesso de cansaço físico. Muitas adquirem doenças que carregam pelo resto de suas vidas como hipertrofia cardíaca, efisema pulmonar e artrose. Após doze anos ininterruptos de profissão, um canavieiro corre o risco de ficar inutilizado para o mercado de trabalho.

Fabricantes de suco de laranja empregam os pais das crianças em sua produção, sendo que grande parte do número destes trabalhadores recebem um salário baseado na produção diária. Cada pai de família ganha, em média, de 7 a 8 reais por dia para a produção de 70 a 100 caixas de laranja, e as crianças que ajudam na colheita não recebem nada.

No período de um mês, 13.300 árvores viram carvão indo para as siderúrgicas para serem transformadas em diversos materiais de consumo de metal e ferro. Para transformação em materiais como: pregos, talheres, panelas e chapas de automóvel e vários outros, 20% a 30% desta produção vêm da exploração da mão-de-obra infantil.

Em algumas cidades de regiões do Brasil, é grande o número de alunos que trabalham na agricultura para ajudar os pais. Sendo composto este número por pequenos carvoeiros, peões, produtores e bóia-frias. Geralmente, seu rendimento escolar é inferior ao de outras crianças que não têm a necessidade de trabalhar, pois a maioria destes alunos sofre de cansaço físico, além de serem mal nutridos e sentirem muito sono. Contra cada 10 alunos que estejam estudando atualmente, pode-se contar 15 que abandonaram a escola, antes mesmo de completar o terceiro ano. Apenas 18 alunos chegarão à oitava série, e a causa tida como a maior de todas as responsáveis pela evasão escolar é o trabalho infantil e a baixa renda da família.

De acordo com a pesquisa realizada com 1.419 crianças nos meses de

outubro e dezembro de 2004, nas cinco primeiras cidades, com exceção de São Paulo, concluiu-se:

- a) mais de 70% dos entrevistados são menores de catorze anos;
- b) a grande maioria diz não ter família: pai, mãe, irmãos;
- c) em mais de 70% dos casos os pais trabalham;
- d) crianças realizam trabalho de adulto e cumprem longas jornadas;
- e) 55% a 70% não ganham ao menos um salário mínimo;
- f) a maioria delas trabalha de seis a sete dias na semana;
- g) muitas trabalham em período integral e algumas ainda cumprem jornada à noite;
- h) um terço começou a trabalhar antes dos 10 anos de idade;
- i) o trabalho que exercem se destina à produção de bens e serviços;
- j) a maioria não tira férias;
- k) a maioria é composta por meninos;
- l) mais de 70%, excluindo-se as crianças de Recife, que tem um percentual um pouco maior que 50%, estão abaixo da idade mínima a partir da qual trabalho é permitido por lei;
- m) na maior parte das cidades, 20% destas crianças trabalham nas ruas e a maioria tem menos de 14 anos.

TABELA 25 – ONDE TRABALHAM AS CRIANÇAS (%)

CIDADE	EMPRESA	RUA	CASA
BELÉM	13	44	26
RECIFE	18	20	15
GOIÂNIA	38	13	33
BELO HORIZONTE	38	18	42
PORTO ALEGRE	60	21	14
SÃO PAULO	41	17	18

FONTE: DIEESE (2001).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 1999, do IBGE, (UNICAMP. A situação do trabalho no Brasil).5.482.515 crianças

entre 5 e 17 anos trabalhavam no Brasil em 2001. Dessas, 2.231.974 crianças (40%) tinham menos de 14 anos, sendo que a grande maioria (3.570.216) das crianças trabalhando era de meninos e o restante de meninas.

TABELA 26 – JORNADA DE TRABALHO (%)

CIDADE	DE 07 A 12 HORAS INTEGRAL	INCLUINDO TRABALHO NOTURNO
BELÉM	23	20
RECIFE	20	14
GOIÂNIA	26	15
BELO HORIZONTE	9	18
PORTO ALEGRE	16	18
SÃO PAULO	28	12

FONTE: DIEESE (2001).

Com a implantação de políticas desde 1992, estes números vem diminuindo, segundo a PNAD de 1999 (UNICAMP. A situação do trabalho no Brasil), referente à 2001. O Distrito Federal era o Estado com menor índice de trabalho infantil naquele ano, com apenas 4% (23.040) das crianças entre 5 a 17 anos trabalhando. No mesmo período, o Maranhão era o Estado com maior índice, contando com 22% (417.291) de suas crianças trabalhando, o que equívale a mais de uma em cada cinco crianças.

TABELA 27 – REMUNERAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (%)

CIDADE	ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO	DE MEIO A 1 SALÁRIO MÍNIMO
Belém	42	25
Recife	40	24
Goiânia	40	31
Belo Horizonte	29	28
Porto Alegre	36	19
São Paulo	52	20

FONTE: DIEESE (2001).

Qual a idade mínima para o jovem ingressar no mercado de trabalho? A lei brasileira é bastante clara, sendo que até os 16 anos de idade não é permitido sob hipótese alguma que uma criança possa trabalhar.

Aos 16 anos, o trabalho está legalizado, porém não para qualquer tipo de trabalho. Segundo a Constituição brasileira de 1988, menores de 18 anos não poderão trabalhar em horário noturno (das 22h00 às 05h00) e em mais uma série de trabalhos considerados perigosos e em ambientes insalubres, como o corte de cana e lixão, por exemplo, que, infelizmente, são lugares onde se encontram boa parte dos nossos jovens.

Estudos apontam que em áreas urbanas os menores que fazem parte do mercado de trabalho têm uma taxa decrescente de acordo com a sua escolaridade, sendo que grande parte dos que estão trabalhando têm menos de 4 anos de estudos ou nunca freqüentaram escola. Esta participação cresce juntamente com a idade, ao contrário do que acontece na área rural onde a taxa de participação decresce com a elevação da idade, o que mostra que o mercado de trabalho exerce uma forte atração sobre o trabalho infantil.

Na faixa entre 5 a 9 anos, a taxa de crianças que trabalham é de 45,5% sendo que as não trabalham têm um percentual de 50%. E 78% das que trabalham vão à escola e das que não trabalham 80,6% vão à escola. Apesar da pouca diferença, há uma participação maior dos alunos que não trabalham.

O trabalho precoce tem impactos imediatos sobre a evasão escolar e este conflito no longo prazo terá um impacto maior ainda sobre a escolaridade obtida. O que sugere que uma das saídas para a redução do trabalho infantil é uma educação de qualidade a qual seja atrativa para as crianças, que consiga fazer com que seus pais percebam a melhoria que está trazendo aos seus filhos e, com isto, evitem de tirá-los da escola para encaminhá-los ao mercado de trabalho.

A relação entre trabalho e educação irá variar ao longo da vida; em vários casos, há necessidade de que a criança ou adolescente trabalhe para financiar seus estudos do presente ou futuro, sendo que trabalho e estudo são componentes complementares um para o outro.

Considerando-se o trabalho como causa da transmissão da pobreza entre gerações, faz-se duas reflexões: a da pobreza como uma das causas do trabalho precoce e a do trabalho precoce como uma das causas da pobreza futura, sendo que o trabalho precoce afeta tanto o grau de escolaridade final a ser atingido quanto os rendimentos futuros. Desta forma, há um elevado grau de transmissão da pobreza para gerações seguidas e, quanto menor a escolaridade do pai, maior será a probabilidade que seu filho tenha que começar a trabalhar mais precocemente.

Este problema demanda ações do Estado devido às várias causas que podem levar ao trabalho infantil e aos meios de se minimizar esta relação entre trabalho infantil e educação. O governo federal vem, por meio de programas sociais, tentando uma diminuição do problema com medidas como a melhoria no sistema educacional: uma taxa crescente de diminuição no analfabetismo e elevação do grau de instrução; com isto, buscando uma diminuição gradativa das disparidades regionais. Na faixa entre 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo caiu de 14,8% em 1989 para 9,9% em 1995 e quatro anos mais tarde para 5,5%. Na região do Nordeste, onde este indicador era de 33,5% em 1989, chegou-se a 12,7 em 1999; porém, apesar desta melhoria, a região ainda está distante de algumas regiões do País que têm um índice bem menor como as regiões Sul com 1,3%. Sudeste com 1,4% e Centro-oeste com 2,8%. No mesmo período, houve uma queda no número de crianças na faixa entre 7 a 14 anos que estão fora da escola de 9,8% para 4,3%.

Nos últimos anos, o número de crianças na faixa de 5 a 9 anos no trabalho vem apresentando queda, sendo que a taxa de crianças ocupadas caiu de 0,7% para 0,5% .

No total de pessoas na faixa entre 5 a 17 anos, o percentual dos que não freqüentavam escola caiu de 21,8% para 8,8% em todo País, sendo que o percentual mais alto se deu na região Norte urbana com 11,2%, seguida de perto pela região Sul com 10%, Nordeste e Centro-Oeste tiveram um percentual idêntico e a região Sudeste teve o menor percentual.

TABELA 28 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003

ANOS	BRASIL	NORTE URBANA	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1993	21,8	16,8	25,2	18,6	24,3	22,2
1998	13,4	13,1	15,3	11,4	14,4	14,2
2003	8,8	11,2	9,5	7,8	10,0	9,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Regiões Metropolitanas - 2002

NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na faixa entre 5 a 6 anos de idade nota-se um maior percentual de crianças frequentando as escolas, devido ao fato de nesta faixa de idade as crianças ainda não estarem em condições que contribuir em qualquer espécie de trabalho, porém com a elevação da idade destas crianças o que pode ser percebido é uma diminuição gradual da média de estudantes.

TABELA 29 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 5 A 6 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003

ANOS	BRASIL	NORTE URBANA	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1993	42,3	33,2	38,7	41,2	53,7	48,0
1998	30,9	33,4	27,2	29,4	38,5	37,8
2003	21,3	27,4	19,0	17,3	29,6	30,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Regiões Metropolitanas - 2002

NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A taxa de crianças na faixa entre 7 a 14 anos que não frequentavam a escola caiu de 11,4% para 2,8% em todo o País, entre os anos de 1993 a 2003, o que indica melhoria no nível de escolarização; porém, esta queda é maior em algumas

regiões com as do Norte e Nordeste que contam ainda com os maiores percentuais, os quais chegam a representar o dobro das regiões Sul e Sudeste.

TABELA 30 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003

ANOS	BRASIL	NORTE URBANA	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1993	11,4	11,4	16,6	7,8	10,1	10,5
1998	5,3	5,5	7,7	3,8	4,2	4,3
2003	2,8	4,1	4,0	1,9	2,0	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Regiões Metropolitanas - 2002

NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Na faixa de 15 a 17 anos existe um problema que praticamente a maioria da população tem conhecimento que é a necessidade dos jovens de ingressar no mercado de trabalho, sendo que grande número passa a estudar em período noturno para a conclusão dos seus estudos, porém uma grande maioria destes jovens devido a problemas como transporte e meios de acesso a escola, cansaço excessivo, violência em colégios públicos, abandonam por completo os seus estudos.

TABELA 31 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE NÃO FREQUENTAVAM ESCOLA NA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS DE IDADE. POR GRANDES REGIÕES E GRUPOS DE IDADE – 1993/2003

ANOS	BRASIL	NORTE URBANA	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
1993	38,1	28,5	40,9	34,5	44,9	38,0
1998	23,5	20,8	27,5	19,9	25,7	25,5
2003	17,5	19,0	20,0	15,4	18,4	17,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Regiões Metropolitanas - 2002

NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O crescimento contínuo da taxa de escolarização vem reduzindo o analfabetismo, elevando o nível de instrução da população em todo o País e diminuindo, gradativamente, as acentuadas disparidades regionais.

Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo estava em 14,8% em 1989, baixou para 9,9% em 1995 e, quatro anos depois, caiu para 5,5%. No Nordeste, este indicador estava em 33,5% em 1989, tendo passado de 23,9% para 12,7% de 1995 para 1999. Apesar do inegável avanço, este último resultado ainda ficou muito distanciado dos referentes às regiões Sul (1,3%), Sudeste (1,4%) e Centro-Oeste (2,8%).

De 1995 para 1999, o percentual de crianças de 7 a 14 anos de idade fora da escola decresceu de 9,8% para 4,3%. Este indicador, em 1989, situava-se em 16,2%. A comparação entre os resultados regionais revelou que, de 1995 para 1999, esta proporção recuou de 6,4% para 3,3% no Sudeste, que é detentor do maior grau de escolarização, e de 15,0% para 5,9% no Nordeste, que, apesar da expressiva melhoria, continuou no outro extremo. Sendo que esta taxa de escolaridade é sempre maior entre as meninas e o declínio a taxa entre as que estão fora da escola também é maior que a dos meninos.

TABELA 32 - PERCENTUAL DE PESSOAS COM 11 ANOS OU MAIS DE ESTUDOS NA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE. TOTAL E OCUPADOS NA SEMANA DE REFERENCIA POR SEXO – 1993/2003

ANOS	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1993	14,4	13,6	15,2	19,0	16,3	23,2
1998	18,0	16,8	19,2	24,2	20,7	29,7
2003	24,9	23,1	26,5	32,5	26,1	38,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Regiões Metropolitanas - 2002

NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Junto com o aumento da escolarização das crianças e adolescentes, vem sendo reduzido o analfabetismo e com isto elevando-se a instrução da população. A

taxa de analfabetos no País entre pessoas de 10 anos de idade ou mais teve uma queda de 15,6% de 1993 para 2003. Na faixa entre 10 a 14 anos de idade, na qual se julga ideal que a criança esteja no mínimo alfabetizada, esta taxa caiu de 11% para 3,5% no mesmo período. Apesar de todos estes resultados, a região Nordeste não tem conseguido acompanhar os resultados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Houve uma grande evolução na taxa de pessoas que concluíram o ensino médio ou equivalente de 14,4% para 24,9% entre 1993 a 2003.

4.4 O MERCADO DE TRABALHO E O JOVEM

O Brasil tem uma grande quantidade de jovens na faixa entre 15 a 24 anos que buscam por uma oportunidade no mercado de trabalho. Na década de 90, o País criou apenas 100 mil empregos para pessoas nesta faixa de idade, enquanto houve um ingresso de 2,8 milhões de jovens no mercado de trabalho. Poucos vestibulares são tão disputados quanto o mercado de trabalho que tem uma concorrência de 28 jovens para cada vaga gerada. Também houve, durante a década de 90, uma perda de 3,2 milhões de postos de trabalho, sendo que deste total 2 milhões eram ocupados por pessoas com menos de 25 anos, aliado a estes fatos, há ainda um grande número de vagas oferecidas para jovens que são ocupadas por pessoas adultas, como no caso de chefes de família que, sem terem outra opção de trabalho, sujeitam-se a ocupar estes postos, mesmo com salários inferiores.

Nos últimos 2 anos, houve uma melhora no volume de empregos; porém, em número ainda insuficiente para suprir a demanda da população. No caso dos jovens há uma dificuldade maior, pois as empresas dificultam a contratação de jovens pela sua falta de experiência. Os jovens entre 15 a 24 anos representam 49% dos desempregados no País, que conta com 6,9 milhões de desempregados, sendo 3,3 milhões de jovens. O setor mais atingido é a indústria que era grande detentora de mão-de-obra e foi quem mais influi no desemprego dos jovens.

Conforme dados do IBGE, PNAD 1999, um a cada dois desempregados tem menos de 25 anos de idade, há ainda mais de 4 milhões de jovens que declaram não estudar, não trabalhar e não estar procurando trabalho. Este número é uma taxa de 15% da população na faixa etária de 15 a 24 anos. Estes jovens, por não estarem trabalhando nem estudando, perdem a oportunidade de progredirem no mercado de

trabalho e perdem a condição de virem a disputar por uma vaga mais tarde, pois, sem educação e qualificação, não terão a mínima chance de obter algum emprego.

TABELA 33 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DE PESSOAS COM 18 A 24 DE ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

GRANDES REGIÕES	TOTAL	FUNDAMENTAL	MÉDIO	PRÉ VESTIBULAR	GRADUAÇÃO	MESTRADO/ DOUTORADO
BRASIL	7.836.081	24,0	40,7	5,3	29,0	0,3
NORTE	575.813	29,6	46,8	5,7	17,6	0,1
NORDESTE	2.552.837	40,8	40,1	4,0	13,7	0,1
SUDESTE	3.087.081	13,6	41,1	6,3	38,2	0,4
SUL	1.013.815	12,3	38,2	5,4	43,4	0,4
CENTRO-OESTE	597.802	19,7	39,8	5,8	33,8	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Regiões Metropolitanas - 2002

NOTA: Exclusivo as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nas regiões metropolitanas, segundo o DIEESE (2001), mais de 60% dos jovens na faixa entre 16 a 24 anos participam do mercado de trabalho na condição de ocupados e principalmente na de desempregados.

TABELA 34 - DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DE PESSOAS COM 18 A 24 DE ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO FREQUENTADO, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES

REGIÕES METROPOLITANAS	TAXA DE DESEMPREGO	
	16 E 17 ANOS	18 A 24 ANOS
BELO HORIZONTE	42,1	28,3
DISTRITO FEDERAL	52,3	34,0
PORTO ALEGRE	47,2	28,1
RECIFE	40,5	35,4
SALVADOR	54,1	41,4
SÃO PAULO	47,2	27,5

FONTE: DIEESE/SEADE, TEM/FAT/PED *apud* DIEESE (2001).

A taxa de desemprego é maior entre os jovens na faixa entre 16 e 17 anos chegando na região de Salvador a atingir os 54,1%, conforme a Tabela 18. Já para jovens na faixa de 18 a 24 anos, apesar de serem também altas estas taxas, são inferiores ficando entre 28,1% a 41,4%. Na faixa dos 15 e 16 anos, estão, aproximadamente, de 15% a 25% do total de jovens desempregados. Nesta faixa etária, as mulheres têm taxas de desemprego maiores que as dos homens mostrando uma maior dificuldade pelo sexo feminino em conseguir ocupação.

Conforme mostra a Tabela 19, há ainda uma diferença entre as mulheres e homens independente da faixa etária. Com as mulheres, praticamente em todas as regiões e faixas de idade, está com um percentual maior que o de homens, sempre que se compara a mesma região e com níveis de escolaridade idênticos, apenas no Distrito Federal na faixa entre 16 e 17 anos o perfil de mulheres desempregadas é menor que o de homens; em todas as demais regiões e faixas de idade, o percentual de mulheres desempregadas é superior.

TABELA 35 - TAXA DE DESEMPREGO DOS JOVENS DE 16 A 24 DE ANOS. SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA EM REGIÕES METROPOLITANAS – 1999

CIDADES	16 E 17 ANOS		18 A 24 ANOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Belo Horizonte	37,9	47,0	25,4	31,6
Distrito Federal	54,6	50,2	31,0	36,9
Porto Alegre	42,7	52,4	23,4	34,1
Recife	31,6	51,1	30,6	41,2
Salvador	50,9	57,7	39,5	43,4
São Paulo	42,9	52,0	24,3	31,3

FONTE: DIEESE/SEADE, TEM/FAT/PED *apud* DIEESE (2001).

Poucos jovens no Brasil pertencentes as classes alta ou média têm a possibilidade de estudar sem ter a necessidade de trabalhar, dedicando-se

exclusivamente aos estudos. Para cada dez jovens de família com renda média e alta, nove estudam. Já no caso de famílias de baixa renda, somente quatro estudam sendo que destes três estão fora da série correspondente a sua faixa etária, o que mostra a necessidade do País em criar políticas que possibilitem ao jovem de baixa renda elevar sua escolaridade, mesmo em condições de desemprego.

Os jovens filhos das famílias de baixa renda se vêem obrigados a ingressar no mercado de trabalho muito cedo, com baixa escolaridade e o que é pior ocupando as vagas de menor remuneração, sem perspectiva de melhorias, enquanto os jovens das classes média e alta ingressam mais tarde com maior escolaridade, ocupando os cargos de direção e melhor remuneração. Tudo isso impossibilita que se rompa o ciclo da desigualdade na pobreza e também na competição no mercado de trabalho.

Este contingente abrange, na atualidade, cerca de 3,5 milhões de pessoas, sendo que deste 1,7 milhão têm ocupação, entre estes ocupados cerca de 60% atingem rendimentos de até R\$500,00 por mês, dependendo do grau de escolaridade. Desta população ocupada, 56% são homens e 65% são brancos, havendo ainda uma hierarquia que segue a ordem homem branco/mulher branca, homem negro/mulher negra, com o rendimento de uma mulher negra chegando a ser 30% menor que de um homem branco em posto de mesma equivalência, sendo que entre a população branca a mulher ganha em média de 15% a 20% menos que o homem.

O número de matrícula no ensino médio, nos últimos 20 anos, teve um aumento de 118%, porém este número é inverso ao do rendimento dos jovens que sofreu queda em todas as faixas, sendo que os trabalhadores de nível médio perderam aproximadamente 36%, de nível fundamental 21%, de nível superior 20,6%, conforme dados do IBGE na PNAD de 1999..

Também, cresceu o número de trabalhadores jovens com carteira assinada nos últimos anos, passando de 19,6% para 35,8%, porém o dado preocupante é a não participação da maioria dos jovens nos dias de hoje de movimentos como associações, grêmios estudantis, partidos e movimentos políticos.

5 CONCLUSÃO

O balanço dos anos 90, no que se refere a situação do trabalho no Brasil, é negativo. Porém, a partir da segunda metade da década, houve alguns avanços graças à redução da taxa de juros, que permitiu que alguns setores da economia retornassem à produção. Com a desvalorização do real em 1999, o setor produtivo pôde se reordenar e voltar a produzir em linhas que haviam sido abandonadas com o real valorizado frente ao dólar e que dificultava as exportações. Portanto, a redução dos juros e taxa de câmbio contribuíram para que muitos produtos, que antes eram importados, pudessem ser fabricados internamente, ao mesmo tempo que impulsionou as exportações.

Segundo o DIEESE (2001), em 1999, as taxas de desemprego foram recorde; já a partir do ano 2000, houve uma certa melhora com uma queda na taxa de desemprego, apesar deste ainda permanecer com altas taxas. Na maioria das regiões, esta redução na taxa de desemprego se verificou entre os trabalhadores sem carteira assinada.

Houve vários avanços em busca da redução nas causas geradoras de diferenças, com aumento no número de mulheres que freqüentam cursos superiores. abertura de cotas para negros em universidades públicas, criação de bolsas para crianças que freqüentam regularmente as aulas, para que as mesmas possam voltar a estudar e abandonar o trabalho a que eram encaminhadas.

A indústria teve crescimento tímido, porém não se pode negar os seus avanços com a chegada de algumas montadoras, dentre as quais a RENAULT. Houve também um bom avanço tecnológico neste período, sendo que várias indústrias abriram oportunidades de contratação de trabalhadores e outras várias tiveram dificuldade em encontrar mão-de-obra capacitada para os postos de que dispunham. Não foi encontrado, no período, nenhuma ação do governo no sentido de preparar os jovens para que possam se capacitar e disputar as vagas existentes no mercado, sendo que não se observou, neste período, a abertura de cursos técnicos por parte do governo, o que coloca a maioria dos jovens em uma situação difícil no momento de sua entrada no mercado de trabalho, pois a maioria não tem experiência alguma e nenhuma qualificação no momento de disputar um posto de trabalho.

REFERÊNCIAS

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, M. **Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2000.

UNICAMP. A difícil jornada do trabalhador estudantil. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: set. e out. 2005.

UNICAMP. A situação do trabalho no Brasil. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: set. e out. 2005.

UNICAMP. O mercado de trabalho para a mulher. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: out. e dez. 2005.

UNICAMP. Emprego versus desemprego. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: set. e out. 2005.

UNICAMP. Classes sociais e a distribuição de renda nos anos 90. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: out. e dez. 2005.

UNICAMP. Produtividade e emprego no Brasil nos anos 90. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: dez. 2005.

UNICAMP. Desemprego o verdadeiro custo do Brasil. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: dez. 2005.

UNICAMP. Gasto social e a distribuição de renda. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: dez. 2005.

UNICAMP. Inserção do negro no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: dez. 2005.

UNICAMP. O negro e o mercado de trabalho no Brasil: Quais as perspectivas em tempos de globalização. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: dez. 2005.

UNICAMP. Meninas são maioria no ensino público. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>> Acesso em: set. e out. 2005.